



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

QUANDO A BATIDA DA TRANCA EMBALA O ROMANCE:

Notas sobre relações afetivo-amorosas no contexto penitenciário da
Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor

NATHIELLY DARCY RIBEIRO ARAÚJO

JOÃO PESSOA-PB
2017

NATHIELLY DARCY RIBEIRO ARAÚJO

QUANDO A BATIDA DA TRANCA EMBALA O ROMANCE:
notas sobre relações afetivo-amorosas no contexto penitenciário da
Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, por Nathielly Darcy Ribeiro Araújo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em sociologia. Linha de pesquisa: Cultura e sociabilidades.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Zamboni Lucena

JOÃO PESSOA-PB
2017

Catálogo na publicação

Seção de Catalogação e Classificação

A663q Araújo, Nathielly Darcy Ribeiro.

Quando a batida da tranca embala o romance: notas sobre relações afetivo-amorosas no contexto penitenciário da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor / Nathielly Darcy Ribeiro Araújo. - João Pessoa, 2017.

85 f.

Orientação: Marcela Zamboni
Lucena. Dissertação (Mestrado) -
UFPB/CCHLA.

1. Sociologia. 2. Relações afetivas - Mulheres encarceradas - Recife. 3. Mulher encarcerada - situação. I. Lucena, Marcela Zamboni. II. Título.

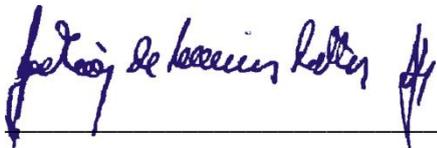
UFPB/BC

FOLHA DE AVALIAÇÃO

A dissertação, intitulada **Quando a batida da tranca embala o romance:** notas sobre relações afetivo-amorosas no contexto penitenciário da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor de autoria de Nathielly Darcy Ribeiro Araújo sob orientação da Profa. Dra. Marcela Zamboni Lucena, apresentada em sessão pública ao Programa de pós-graduação em sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestra em sociologia, foi aprovada em 22/02/17 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Marcela Zamboni Lucena

Doutorado em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco
(Orientadora/UFPB)



Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Jr.

Doutorado em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco
(Examinador titular externo /UFPE)



Profa. Dra. Simone Magalhães Brito

Doutorado em sociologia pela Lancaster University
(Examinadora titular interna/ UFPB)

Agradecimentos

Gostaria inicialmente de deixar registrado aqui, meus agradecimentos ao Conselho Nacional de Pesquisa e desenvolvimento/ CNPQ, por ter me proporcionado o auxílio da bolsa de mestrado ao longo dos dois anos, apoio fundamental na elaboração desse trabalho e na conclusão deste curso. Ao Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal da Paraíba, pelas oportunidades e ensinamentos.

Dedico essa dissertação em sua totalidade a Deus, a minha mãe Joseneide, meu irmão Antonio Henrique, minha avó Daci e meu tio José Francisco Ribeiro Filho. A mainha, peço desculpas pelas ausências e por te deixar com o coração na mão e ir morar sozinha em busca do que eu achava certo. Tudo que eu fiz e faço é por você e por Antonio Henrique. É compromisso meu cuidar de vocês, defendê-los de qualquer mal e proporcionar as melhores alegrias dessa vida. Agradeço pela minha vida, por ser quem eu sou e por tudo que tenho a você, mãe. Você é o meu amor maior, tudo que eu tenho nessa vida.

A minha avó e a meu tio, rendo minhas homenagens póstumas e dedico também este trabalho. Minha avó por me fazer herdar a força e a garra para concluir meus objetivos, a nunca baixar a cabeça para ninguém e a acreditar em mim. A tio, por ser meu exemplo na academia e por ter apostado em mim todos os anos que pôde. Gostaria muito de tê-los aqui, mas tenho certeza que se existe céu, eles estão lá, olhando por mim.

Ao meu companheiro de luta, de trabalho, de vida, meu amigo, meu colega de turma, meu homem, meu amor, Antonio Marques. Agradeço a ele por todo o aprendizado comigo compartilhado, por caminhar comigo por entre meus medos e do jeito dele me consolar. Sou grata pelos perrengues que passamos, pelas brigas, pelas músicas, pelas viagens, e até pelo sol que tomamos juntos nas pesquisas morro acima. Sem dúvida, você foi o melhor presente que a graduação me deu. Sem seu apoio, esse trabalho não seria possível.

A Gilberto, meu menino. Que compartilha comigo ainda no ventre todos os sorrisos e as lágrimas. Enquanto escrevo ele chuta, dando sinais de que está tudo bem. A ele dedico meu esforço, e garra para vencer as adversidades. Por ele e para ele, farei tudo que estiver a meu alcance. Por ele sou mais mulher e me sinto mais forte. Meu amor por ele, não caberia aqui. A Jorge que me ensinou muita coisa e que até hoje me faz repensar

certas atitudes. Jamais como mãe, mas como Titia. Como sua amiga, sua companheira e confidente.

A Rebbeca, a Bruna, a Will e a Níobe, pessoas que ganhei durante o mestrado. A vocês agradeço os desabafos, os ombros para enfrentar as adversidades. A Rebbeca pelos filmes, a Bruna pela acolhida, a Will pelo vinho e a Níobe por ser minha amiga de turma em um contexto que eu acreditava não poder fazer amigos verdadeiros. Quero que tenham a certeza de que este trabalho tem muito de vocês. A Mandela, meu companheiro, que em noites de estudo esquentou meu pés embaixo da mesa, que fazia festa quando eu chegava cansada e que com seu amor e inocência, me fizeram uma pessoa melhor. A Laura Patrício por ter me acolhido na sua casa e por todo o apoio a mim dado. A Marília, Waneska, Ana Carla, e todas as mulheres que cruzaram minha trajetória de vida e me inspiraram.

A minha orientadora e amiga, Marcela. Um exemplo de mulher, de professora e de ser humano. Agradeço por ter aceitado me orientar, por ter tido paciência comigo no processo de escrita, por se preocupar e por acreditar em mim. Sou muito grata pelas tardes no GRAV, pelos chás e pelas conversas que tivemos. Tenho certeza que a levarei comigo para toda a vida. Às meninas do GRAV pelas reuniões e discussões que tivemos e que tanto foram importantes para a construção desta dissertação.

A todas as internas da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor. Esse trabalho é de vocês.

Resumo

Esse trabalho surge da tentativa de entender a dinâmica das relações afetivo-amorosas das mulheres internas na Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor. O objetivo maior foi o de compreender através da dinâmica da visita íntima, como se organizam essas relações no contexto de institucionalização a que essas mulheres estão submetidas. Dessa maneira, através do uso do método etnográfico e tendo como base uma bibliografia que aborda autores que contemplam temas relacionados ao corpo, violência, instituições totais e relações afetivas, traçou-se, a partir de entrevistas realizadas com mulheres presas na Colônia Penal, que possuíam visita íntima, a dinâmica das relações afetivas em conjunto com suas trajetórias de vida. Dessa maneira, em face dos mecanismos de poder presentes dentro do contexto prisional, o estudo pôde analisar como as internas desenvolvem seus relacionamentos dentro de um contexto em que são controladas e vigiadas. A importância do trabalho reside no fato deste contemplar a questão afetiva dentro uma dinâmica específica de imposição de regras e privações.

Palavras-chave: Relações afetivas, instituições totais, mulheres, violência.

Abstract

This work emerges from the attempt to understand the dynamics of the affectionate/amorous relationships in the lives of female prisoners at the Female Penal Colony of Bom Pastor, Recife, Pernambuco. The main objective was to understand through the dynamic of visits (with focus on intimacy) how these relationships are organized in the context of the institutionalization to which these women have been subjected. In this way, by ethnographic inquiry and having, as a base, a bibliography by authors who contemplate themes related to the body, violence, total institutions and intimate relationships, there was traced, by way of interviews performed with female prisoners receiving intimate visits at the Penal Colony, the dynamic of affectionate relationships alongside the trajectories of their lives. In this way, in the face of the mechanisms of power present within the prison context, the study was able to analyze how the internees develop their relationships within a context where they are controlled and monitored. The importance of the work resides in the contemplation of intimacy within that specific dynamic where rules are imposed and privileges withdrawn.

Key-words: Intimate relationships, total institutions, women, violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I- Para uma sociologia da mulher no cárcere	18
1.1. A situação da mulher presa no Brasil.....	23
1.2. Do convento ao presídio feminino.....	27
1.3 Da pena, da prisão e do sentimento.....	34
CAPÍTULO 2- Dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa.....	42
2.1. As instituições totais	42
2.2. <i>O olhar, o ouvir e o escrever no exercício de campo: a experiência dentro do contexto penitenciário.....</i>	<i>44</i>
CAPÍTULO 3- Sobre grades, afetos e corações: notas sobre relações afetivo amorosas e trajetórias de vida no contexto penitenciário da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor	47
3.1 “Mulher sabe o que mulher gosta”	53
3.2. Dos sentimentos às obrigações femininas.	61
3.3. Olhar e controle dos afetos: do relato institucional.....	69
3.4. Relações afetivo-amorosas: “A dor e a delícia de ser o que é”	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

*“Sei que você fez os seus castelos,
e sonhou ser salva do dragão.
Desilusão meu bem,
quando acordou estava sem ninguém.
Sozinha no silêncio do seu quarto,
procura a espada do seu salvador.
Que no sonho se desespera,
Jamais vai poder livrar você da cela,
da solidão”.*

(Mesmo que seja eu/Erasmus Carlos)

Introdução

Só quem vive aqui é quem sabe. Eu não sei como tu tem coragem de vir estudar um monte de mulher que tu não conhece. Tem noiada, tem as mais quietas, tem as que só querem barraco, me diz a que tu quer que eu vou buscar, tenho certeza que vão vir menina, tendo alguém pra escutar elas, oxe, elas se animam.

Foi dessa maneira que uma interna responsável por me auxiliar no contexto da pesquisa, me recebeu pela primeira vez. Escutar essas palavras após quase duas horas de espera quando das minhas idas ao campo me proporcionava um conforto enorme. Cada vez que me deslocava à Colônia Penal Feminina do Recife, não sabia o que poderia acontecer. Tentava não sair de casa com a expectativa de conseguir muito material de campo, tentava ser mais serena, pois ao longo dos meses que visitei o Bom Pastor pude partilhar das sensações mais diversas e todas elas exigiram muito de mim como pesquisadora, mulher ou como mera visitante.

Começo esse texto explanando a parte mais sensorial do meu objeto de estudo. Passei a tentar não classificar as internas da Colônia Penal dessa maneira. Me soava muito duro objetificá-las assim, por mais que pareça clichê. A experiência em fazer pesquisa com mulheres presas não me isentou de sentir a pressão proporcionada pelo campo. Acabei por concluir que elas nunca foram meu objeto de estudo. Cada unha pintada, cada sorriso escondido com mãos trêmulas, cada cicatriz no rosto e a história de cada uma das mulheres que entrevistei, constrói essas linhas e as lágrimas e as risadas que demos juntas são e foram conexões para que esse trabalho pudesse ser escrito.

Quando Goffman (1961) falou da característica totalizante de algumas instituições, trouxe detalhes que vão desde o mundo do internado até as cerimônias institucionais. Não deixou, no entanto, de pontuar que a atenção maior seria dada ao que se refere ao mundo do internado. Tendo lido e relido tantas vezes a obra, em outra pesquisa, não deixei de contemplar o mundo dos dirigentes, mesmo que esse parecesse a mim mais duro e insensível, “os carrascos”, assim denominava. Os que se diziam bonzinhos apenas na minha presença e que faziam, sem gesto ou palavra qualquer, com que as internas se calassem e abaixassem a cabeça, eram os mesmos que me recebiam, ofereciam-me lanche e toda a disponibilidade possível para a realização da pesquisa. Havia neles um interesse em mim: pude perceber que desejavam que eu tivesse a melhor imagem possível daquele lugar. Em uma pesquisa anterior¹, onde pude aferir a frequência de atividades culturais dentro do contexto do Bom Pastor, veti toda e qualquer possibilidade de acentuar a atenção para o mundo dos dirigentes, foi justamente no final da pesquisa anterior que fui repreendida pelas ASP’S de que eu estava ali para falar de “coisas de cultura” e não deveria adentrar em questões relativas ao cotidiano (que na oportunidade referiam-se a maus tratos, abuso de autoridade, mau qualidade da comida e outras denúncias). A repreensão ocorreu durante um grupo focal com seis internas em maio/junho de 2013. Desde aquele dia em que pude sentir o peso da autoridade dos dirigentes, passei a seguir Goffman não apenas na empreitada de descrever o cotidiano de uma instituição total qualquer, mas também de expor os abusos e a rotina humilhante de quem cumpre pena na CPFR/Bom Pastor.

Tendo concluído a pesquisa que deu origem ao meu trabalho final de curso da graduação em Ciências Sociais, pensei em não mais voltar lá. Foram dois anos intensos de pesquisa, transcrições, idas e vindas à SERES e à Colônia para que eu tivesse um trabalho bem avaliado, muitas vezes repreendida por “ter lido demais” e ganhar o título de corajosa por ter escolhido pesquisar um campo insalubre, só. Nesse meio tempo me ative a trabalhar em pesquisas relacionadas à avaliação de políticas públicas, infância, juventude e até mesmo pesquisas de intenção de voto que considerei como sendo as piores de se trabalhar. A precariedade no que tange as oportunidades do mercado de trabalho para uma recém-formada em Ciências sociais acabaram por me colocar dentro dos mais variados ramos até minha aprovação no mestrado que ocorreu no mesmo ano. Enquanto

¹ Na pesquisa que desenvolvi na conclusão do trabalho de graduação em 2014, procurei aferir a presença de políticas públicas culturais no contexto carcerário e a influência delas na dinâmica do Bom Pastor.

explorava minhas habilidades de manicure e escovista em um salão de beleza, pensava no novo projeto que deveria submeter para o mestrado. Decidida a não mais trabalhar com prisões, tentei de todas as formas possíveis me desvencilhar, porém sem sucesso. Lá estava eu novamente numa empreitada que me cobrava muito mais, não somente pelo grau de exigência, mas também pelo desafio de retornar ao campo, tão sinuoso e problemático.

Não estava muito animada em ter que retornar. Me assustava a possibilidade de acabar repetindo o trabalho feito, de não corresponder às expectativas. Optei por uma unidade da Fundação de atendimento socioeducativo (FUNASE) em que pude fazer algumas incursões na casa que detinha 31 menores de idade em situação de risco. Apesar de ser uma experiência muito rica, fui impedida pelo juizado responsável de entrar novamente no lugar. No entanto, lá estava o Bom Pastor, e todos os meus contatos e conhecimento do processo para adentrar, sempre latentes. Resisti como pude, mas fui aconselhada por minha orientadora a dar mais uma chance ao campo que eu abandonara. Voltei. O campo que (adianto agora, porém explanarei mais à frente) parecia ser o mesmo, já não era mais. Me ative então a investigar um dos aspectos mais profundos dentro da rotina das mulheres presas naquela instituição: a visita íntima. O interesse partiu depois que realizei algumas incursões na FUNASE como mencionei acima. Na ocasião, pude escutar das internas que o grande motivo das fugas eram seus namorados, a saudade (não somente) deles e eles serem também o motivo de estarem presas. O corpo agora recluso e imposto à autoridades e regras, sendo ainda

“(...)vetor semântico, pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades receptivas, mas também expressão de sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc.”. (Le Breton, 1953, p.7).

Este controle se exercia também sob a sexualidade dessas internas, sob suas paixões e sobretudo, na necessidade de mostrarem continuamente sua ligação com o mundo externo através de seus namorados e namoradas. Decidi então realizar a observação dos relacionamentos afetivo-amorosos dentro da Colônia Penal Feminina do Recife. Senti então que o campo e minhas expectativas se renovaram e pude retornar para empreender uma nova análise, em um campo novo.

Dessa maneira, este trabalho se baseia especificamente em dados coletados durante incursões realizadas na Colônia Penal Feminina do Recife, iniciadas em maio de

2016. As visitas tinham como objetivo a realização de entrevistas com internas do local que faziam parte de uma lista² de mulheres que possuíam a visita íntima regulamentada. A seleção dessas mulheres que se daria inicialmente através da interferência de umas das assistentes sociais do setor psicossocial, acabou sendo feita por uma detenta concessionada³. Essa transferência de tarefas, que acabou acontecendo de maneira acidental devido ao pouco tempo dispensado a mim quando da realização da pesquisa pelas assistentes, acabou por ser de grande importância. A interna concessionada tinha em seu poder uma lista de casais que possuíam a visita íntima regulamentada para o mês corrente de início da pesquisa, além disso, conhecia intimamente grande parte delas, conseguindo inclusive prever se elas aceitariam conversar comigo: “-Tenho certeza que ela vem, vai adorar sair do trabalho pra vir conversar! ”.

Um dos entraves encontrados no campo foi justamente o relacionado à coleta de dados dentro da instituição. Devido à situação em que se encontram os presídios pernambucanos, mais especificamente, minha entrada no Bom Pastor sofreu vários impedimentos que ocorreram desde a minha solicitação para entrar em campo até a negativa para realizar a gravação das entrevistas. Essa gama de proibições ocorreu em função de acontecimentos recentes onde complexos penitenciários pernambucanos, foram alvo de rebeliões e de denúncias de irregularidades. Classificados como o mais insalubre do país pela *Human Rights Watch*, ONG que realizou vistorias em presídios do estado, o nosso sistema penitenciário possui as celas mais lotadas com o contingente de 32 mil presos para cerca de 10,5 mil vagas⁴. Além do mais, o déficit de agentes de segurança penitenciária abre brecha para a existência de chaveiros⁵, presos que possuem certa autoridade dentro dos presídios. A situação pernambucana reflete a realidade de um país inteiro que procura priorizar o aprisionamento como única solução sem ao menos proporcionar condições mínimas para isso. Diante dessa situação, o secretário de ressocialização do estado, emitiu uma ordem que proibia a gravação de entrevistas,

²A direção da Colônia Penal Feminina do Recife organiza a cada mês uma lista com os nomes dos casais que solicitam a visita íntima. No decorrer da pesquisa tentei obter uma cópia para anexar ao trabalho e ilustrar o formato, porém fui impedida (Isso iria ferir o anonimato das pesquisadas)

³ Dentro do espaço da Colônia há internas que desenvolvem atividades laborais em cinco empresas têxteis, além de prestarem serviços administrativos. As concessionadas, como são chamadas, recebem ao final do mês parte do pagamento, enquanto outra parte vai para um fundo que poderá ser coletado quando da saída da mesma.

⁴Disponível em: <https://www.hrw.org/pt-br/report/2015/10/19/282335>. Acesso em 12 maio de 2016.

⁵ O termo chaveiro vem justamente da posse das chaves das celas. Os chaveiros exercem posição de autoridade, tomam decisões e possuem regalias dentro do presídio.

registro fotográfico ou qualquer coisa que pudesse servir de prova para mostrar o que acontece no contexto penitenciário. Isso justifica, como falaremos mais abaixo, a não gravação das entrevistas.

Adentrar no cotidiano prisional não era para mim novidade. Ciente da dificuldade que teria que enfrentar para conseguir autorização, buscava sempre indicar que a pesquisa teria o tom de conversa mais informal, que eu desejaria saber de questões mais pontuais, da vida afetiva das internas e assim por diante. Objetivando sempre camuflar meu real interesse para fins de pesquisa, acabava sendo muitas vezes, confundida com alguma enfermeira, técnica de saúde, ou “-A moça que vai dar palestra sobre álcool e drogas”. Eu conseguia me sentir mais à vontade em campo utilizando essa estratégia. Por mais que às vezes me incomodasse o fato de que a minha pesquisa em si pouco importava para qualquer pessoa dentro da Colônia, essa invisibilização que acabei adquirindo me permitia ficar longas tardes sentada, fazendo o que é designado pelo psicossocial de *atendimento*. Nesse processo, as internas são escutadas pelas técnicas, para saber quais são as suas demandas e queixas. A cada pessoa que abria a sala, a assistente social indicava que eu estava fazendo um *atendimento*.

Partilho das reflexões de Georg Simmel (2005) quando este dissertou a respeito do *Estrangeiro*. O autor coloca a premissa de que se o “mover-se” representa mais propriamente o que se contrapõe a “fixar-se” livremente dentro de um determinado espaço, o estrangeiro seria então o que une essas duas disposições (Simmel,2005). Desse modo, quando dei início ao trabalho de campo dentro da Colônia Feminina, logo me veio à mente a postura do estrangeiro nesse espaço designado por Simmel e a minha postura dentro do contexto prisional.

Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir (Simmel,2005, p.1)

De certa forma, eu ainda não havia superado esse movimento de ir e vir como mencionei anteriormente. Como o autor pontua, a proximidade e a distância das relações humanas implica na ideia de que “o próximo está remoto, e o ser estrangeiro ou o estranho, contudo, seria aquele que se encontra mais perto do distante” (Simmel,2005, p.1). O estrangeiro, apesar de possuir a capacidade de percorrer as instâncias, não é totalmente diferente e é justamente assim que eu enxergava a minha postura no campo. Eu conseguia

distinguir as disposições colocadas a mim como *estrangeira*, por estar fora do contexto maior em sua totalidade, porém, não tão distante: não somente pelo fato de não me acostumar com as idas e vindas, mas também pelo fato de sentir-me muito próxima, a ponto de conseguir enxergar que por muito pouco, não estava eu lá do outro lado das grades. Me sentia por vezes *estrangeira*, por vezes interna.

Essas reflexões acerca da minha postura em campo, levaram-me a pensar também na questão já enfatizada, da relação do internado com o corpo de dirigentes, como menciona Goffman. O autor postulou que esse último é a porta que liga o internado ao espaço extramuros, que possui as chaves para a socialização no mundo exterior. Os dirigentes poderiam “pagar” aos internados com regalias que lhes lembrassem a vida que levavam antes da institucionalização, a qualquer momento que fosse conveniente, poderia lançar mão de um conjunto de privilégios para conceder determinadas atitudes e comportamentos dos que estavam sob sua supervisão. Esse limiar entre o mundo externo e o interno, faziam da figura dos dirigentes, algo que beirava o cruel. Pude perceber isso nas visitas que realizei, e por vezes cheguei a disfarçar as lágrimas em situações por exemplo, como a de uma mulher que adentrou a sala de atendimento do setor psicossocial, implorando por um absorvente:

Dirigente: - “*Não vamos ficar dando muito não!* ”

Interna: - “*Eu peguei tem dois dias e foi só um, tá vindo muito e não tá dando*”

Dirigente: “*-Toma esse aqui (enquanto entregava um absorvente apenas) e não me pede mais que não tem! Não entre sem ser chamada também, pois seu dia de atendimento nem é hoje.*

Faço uso das ideias de Goffman, nesse sentido, pois durante a construção do trabalho, estava como *estrangeira dirigente*. Perante as técnicas que trabalhavam no local tive que sustentar essa postura, que acabou tornando-se verídica para as internas que eu entrevistava. O conjunto de privilégios que eu possuía, no entanto, resumia-se apenas a ouvi-las. Escutei rumores lá de que isso era muito coisa, e por mais que eu acreditasse que não, era.

Estar naquele espaço teatralizando um papel que não era o meu, de certa forma também me beneficiou. Eu poderia perguntar o que eu quisesse às minhas entrevistadas, poderia anotar qualquer coisa. Eu estava a uma distância de menos de dois metros delas, podia olhar nos seus olhos e fazer perguntas em um tom mais baixo de voz. Em certos

momentos me peguei falando como se as conhecesse de outro lugar, eu falava como elas, sabia que elas tinham a minha idade e me pegava pensando que por algum motivo nossas vidas haviam tomado rumos diferentes, eu poderia estar sendo entrevistada por qualquer uma delas. Esse posicionamento que decidi tomar e que ao mesmo tempo foi fruto das condições que o campo apresentou, tornou as entrevistas muito mais proveitosas: estava eu tão interna na *instituição* como qualquer uma das mulheres detentas da Colônia Penal feminina do Recife.

Quando decidimos nos aprofundar no cotidiano estudado e reconhecer as limitações existentes em seu uso percebemos aí maneiras de justificar a importância da pesquisa qualitativa. George Gaskell nos traz o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas, ou seja, ele está em constantes transformações, permeado de processos, que são construídos por pessoas em suas vidas cotidianas. O uso da entrevista qualitativa se dá no sentido em que busca compreender e analisar o mundo em que vivem os respondentes, como nos diz o autor: “o objetivo é uma compreensão detalhada de crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p.65). Isso justifica a importância do trabalho: analisar como se dá a rotina da visita íntima dentro do contexto da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor, através da análise desses valores e crenças, compartilhadas entre as internas.

Dessa maneira, busquei ao longo desse trabalho, descrever a rotina das mulheres que possuem visita íntima dentro do contexto da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor. Através de incursões realizadas no ano de 2016, onde pude conversar com essas mulheres a respeito da sua percepção no que diz respeito aos encontros e ao que antecede os mesmos, objetivei analisar também o espaço da CPFR enquanto constituidor de dinâmicas e práticas em que estão envolvidas muitas histórias de vida que busquei explorar com vistas a obter informações acerca do que prevê o inciso X do artigo 41 do código penal que prevê como direito do preso “a visita do conjugue, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”⁶. É importante salientarmos que aqui, serão contempladas as visitas íntimas, a partir de listas que são organizadas pelo setor psicossocial da Colônia. Essas listas possuem casais que solicitam a visita de acordo com

⁶Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11699340/inciso-x-do-artigo-41-da-lei-n-7210-de-11-de-julho-de-1984>. Acesso em 09 out de 2016.

a ordem de pedido. A lista segue para o setor de segurança, que aprova e organiza as visitas. Toda e qualquer mulher que possua comprovante de vínculo com seus companheiros e companheiras pode fazer essa solicitação.

Ao longo do trabalho, pretendo fazer uma reflexão do que denominei de “Para uma sociologia da mulher no cárcere”, onde busquei empreender uma análise da situação mais atual do sistema carcerário feminino no Brasil e em Pernambuco. Como veremos mais adiante, a população carcerária feminina cresceu 500% entre os anos de 2000 a 2014. O Brasil possui a quinta maior população de mulheres presas, 30 % delas aguarda julgamento, enquanto 68 % são negras. Discutiremos mais à frente esse perfil para sabermos que mulheres estamos prendendo e a estrutura do sistema carcerário que as recebe. Faremos também o recorte do estado de Pernambuco, onde se situa o campo estudado. Essa parte inicial, se faz necessária para que possamos entender como funciona a máquina penitenciária no Brasil quando se trata de encarcerar mulheres. O público possui particularidades delicadas e é preciso que possamos entendê-las também para que o trabalho não se resume a apenas mais um relato do quanto são precários os presídios e penitenciárias brasileiras.

A parte seguinte ao panorama penitenciário feminino, refere-se às notas sobre as relações afetivo-conjugais de algumas das internas entrevistadas. É importante salientar que muito além de fazer com que o ambiente seja enxergado através das palavras, essas notas nos auxiliarão perceber o ponto de vista apenas das internas sobre a visita íntima, passando pelas suas trajetórias de vida, até que cheguem às suas relações conjugais construídas dentro e fora do contexto intramuros. Como foi dito e será salientado mais à frente, não nos foi permitido gravar as entrevistas com as internas e com os agentes, devido a uma série de restrições às pesquisas. Desse modo, lançamos mão do método etnográfico, por acreditarmos que esse contemplaria o trabalho como um todo, já que nós pretendemos fazer um mapeamento da vida afetiva das internas da Colônia Penal Feminina do Recife.

Para que a compreensão da rotina da visita íntima seja contemplada toda em sua extensão, acreditamos que se faz necessária a apresentação do Bom Pastor enquanto instituição total e também como espaço de vivências e práticas. Desenhamos aqui a instituição total que impõe suas restrições e vigilâncias, mas ao mesmo tempo objetivamos mostrar o esforço de normalização de regras por parte das internas. Para isso,

nos propomos a fazer uma descrição das particularidades do Bom Pastor e consequentemente um mapeamento da vida afetiva, observando o contexto dos arredores do campo estudado. Buscaremos então entender como as internas tornam essas normas aceitáveis, e assimilam com normalidade o que lhes é imposto. A parte seguinte, tratará de maneira mais técnica da rotina da visita íntima dessas mulheres, desde aspectos da solicitação até o dia de visita propriamente dito. Tudo a partir dos relatos delas e das histórias contadas.

Veremos ainda mais detalhadamente o que prevê a lei de visita íntima e por fim, tentaremos trazer o mapeamento da vida afetiva dessas mulheres através do método etnográfico. O foco etnográfico sob o Bom Pastor servirá para que possamos observar as particularidades tanto no que diz respeito à vida afetiva das internas quanto da dinâmica geral da instituição. Propomos aqui, dessa maneira, um mapeamento das relações afetivo-amorosas, buscando perceber entre elas, uma tendência de normalização às regras impostas, dentro de um contexto hostil, a ponto de possuírem a capacidade de reconstruir os sentidos perdidos quando da institucionalização.

*“Tenho sequelas sim, traumas de um passado ruim.
Guerreira, solitária, autoritária por natureza.
Cada volta é um recomeço, um arremesso à recompensa”.*

(Dina Di/Amor e ódio)

Capítulo 1- para uma sociologia da mulher no cárcere

Recentemente, muito vem se discutindo sobre a população carcerária no Brasil. Problemas mais gerais como a infraestrutura oferecida pelos presídios e penitenciárias, motivo para as frequentes rebeliões, as várias denúncias feitas por diversas instituições e todo o conjunto de problemas que cerca o sistema penitenciário brasileiro, vez por outra, vem sendo motivo de discussão por parte do poder público e da sociedade no geral. Mesmo que superficialmente, sabemos que a situação do contexto penitenciário brasileiro não está dentro das condições mínimas para funcionar e que isso tem desafiado quem está por trás da formulação de políticas para a população carcerária. Nesse sentido, buscaremos aqui, delinear a situação carcerária no Brasil, para que possamos situar o trabalho.

Será importante nesta parte mais especificamente, tratarmos isoladamente a respeito da população carcerária feminina. Como falaremos mais adiante, houve um aumento drástico no número de mulheres encarceradas no Brasil devido a diversos fatores tais como maior envolvimento no tráfico de drogas, por exemplo. Buscaremos apresentar a situação atual em que se encontram as mulheres presas no Brasil e como já foi supracitado, nos ateremos à população carcerária feminina pernambucana. Até recentemente, a escassez de estudos que contemplassem a mulher presa, estava calcada na tradição de produção de conhecimento mais universal, inicialmente, tocava-se na questão masculina, para que a partir dela, as soluções fossem criadas e as estratégias construídas (FRANÇA,2014).

Ainda são incipientes os estudos sobre este fenômeno, mas alguns dados apontam para a presença de uma maior participação da mulher na criminalidade. Elas assumem o comando de organizações criminosas após a prisão ou assassinato de seus parceiros, dando assim continuidade aos crimes

cometidos e iniciados por eles, assumindo então, uma nova identidade social: “dona ou gerente da boca de fumo (FRANÇA,2014, p.213)

Dentro de um contexto onde a mulher está numa relação de coadjuvante, assume papéis tidos como secundários, sempre à sombra da presença masculina, essa postura que ela passa a adotar dentro do crime, surpreende. Muito embora, muitas delas estejam envolvidas na prática de crimes violentos, a grande maioria está presa por tráfico, em função dos companheiros que as utilizam em atividades que vão do manejo das drogas, até a chefia de uma boca de fumo.

O tratamento dispensado às mulheres em situação de prisão é semelhante, para não dizer igual, ao que é colocado para o público masculino. Julita Lemgruber, ao delinear em um dos capítulos de *O cemitério dos Vivos*, a rotina das apenadas, mostra que além do cumprimento da pena ser muito mais pesado para as mulheres, uma rotina de privações materiais, abandono dos parentes e de infantilização por parte do corpo de dirigentes, transforma a punição (CHIES,1999). A autora, na análise que fez do Instituto Penal Talavera Bruce, conseguiu mapear inclusive, formas de adaptação criadas pelas internas para subverter as atrocidades praticadas dentro da instituição total. Todas as “estratégias de adaptação ao ambiente e às privações carcerárias, tais como o afastamento psicológico, a rebelião, a colonização, a prisionalização e o próprio envolvimento homossexual” (CHIES,1999, p.343) foram percebidas pela autora como sendo ferramentas de adaptação ao cumprimento da pena.

Apesar da escassez de estudos acerca do cotidiano carcerário feminino e suas interfaces, trabalhos recentes têm contemplado o tema, e contribuído para a apreensão da realidade do cárcere feminino. Em *O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis*, a autora Mirela Brito, investigou como se organizavam as presas da instituição. Na ocasião, foram observadas práticas de adaptação ao ambiente carcerário, a construção de redes de sociabilidade, além de um mapeamento da rotina do lugar. O trabalho é extremamente rico, pois contempla através do método etnográfico, as particularidades presentes dentro do ser interna. Em: *É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC*, Laura Jimenez, também utiliza como campo, o ambiente carcerário. Na ocasião do estudo, a autora observa a atuação do método aplicado e do trabalho realizado pelas

Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, em presídios masculinos e femininos. Embora mostre como funciona a dinâmica carcerária, o trabalho contempla também o humanizar o outro, mesmo sendo ele proveniente de um contexto de violência e privações. Coloca o desafio enfrentado pelas associações, de criar esse sentimento de cooperação e humanidade entre os internos e internas.

É importante que possamos discutir a respeito de como e em que condições vivem as mulheres no cárcere, para que possamos compreender esse universo tão complexo e que inspira cuidados. Como veremos adiante, existe um conjunto de particularidades e necessidades femininas que são muitas vezes negligenciadas no contexto extramuros, e por isso, tentaremos aqui trazê-las no contexto penitenciário. O exercício feito por Waneska Viana (2016), em estudo recente na Colônia Penal Feminina do Recife, vai abordar questões relativas à mulher negra presidiária, diante da possibilidade de construção de ações emancipatórias no contexto em que vive. A autora constata que o descaso, no que diz respeito à oferta de políticas públicas para a população feminina, negra e presidiária, impede a formulação de ações que possibilitem a emancipação dessas mulheres para enfrentar questões como o racismo, por exemplo. É importante salientar que apesar do trabalho fazer o recorte com base na questão racial, esse é um problema encontrado dentro do sistema carcerário que atinge todas as mulheres: a falta de atenção, imbuída de um *modus operandi* de punir cruel e severo.

Muito embora venhamos a desenvolver as necessidades e particularidades femininas dentro do cárcere, o objetivo do nosso trabalho versa entre observar os aspectos presentes na dinâmica da instituição total estudada e a dinâmica das relações afetivas com base nas visitas íntimas dentro da mesma. Entendemos que esse aspecto é importante pelo fato de que as mulheres são ainda tratadas de forma discriminatória pela sociedade, carregam sobre seus corpos tabus, sendo vítimas de diversas formas de violências e nesse contexto mais especificamente, suportando o estigma de ser mulher e de ser presa. Objetivamos dessa maneira, estudar a visita íntima dessas mulheres e seus aspectos dentro de um contexto de privações e violências, típico de uma instituição total. Cárcere é sinônimo de privação, lugar de cumprimento de pena, abdicação de liberdade, espaço onde o corpo deve sobreviver a todo custo para que suporte o castigo imposto. Essa punição, contida no ato de separar os indivíduos do convívio em sociedade, privando-os de estabelecer suas relações normalmente, colocando-os em celas, dispostos a um conjunto de olhares e de obrigações, marca a nosso ver, muito mais do que o corpo físico.

É no cárcere que os indivíduos experimentam as mais diversas emoções, que vão da raiva à solidão. Colocados junto com pessoas que não conhecem, os sujeitos devem construir novos conjuntos de redes de sociabilidade, se adequar ao que lhe é dado e conviver com seus sentimentos, reconstruindo-os a partir do novo contexto em que estão inseridos: o da prisão.

É nesse sentido que nosso trabalho se ocupa, o de perceber o funcionamento da dinâmica da visita íntima no contexto carcerário. Procuraremos perceber dentro do espaço da *Colônia Penal feminina do Recife/Bom Pastor*, como se manifestam as relações afetivo amorosas entre as internas, e qual a relação delas com as formas de normatização das regras, presente como veremos adiante, dentro do contexto carcerário. A escolha do *Bom Pastor* como campo de pesquisa deu-se em função do local internar apenas mulheres para o cumprimento de suas penas. Entendemos aqui o público feminino como sendo o mais suscetível a sofrer com as consequências proporcionadas pela situação do aprisionamento. As internas, como optaremos por designá-las aqui, carregam o peso de ser mulher e de ser detenta, portanto, sofrendo as implicações em função do *ser* mulher, ainda tendo que enfrentar os percalços de *ser* mulher e presa.

A situação atual em que se encontra a população carcerária no Brasil, é alarmante. O número de encarcerados no país vem aumentando progressivamente, em contraposição com a decadência das estruturas penitenciárias. Super lotação, histórico de abusos, e negligências diversas por parte do poder público, permeiam os presídios e penitenciárias brasileiras. Em 2014 cerca de 607.731 pessoas⁷ estavam presas, sendo que o crescimento desses números responde a um percentual de 7% ao ano desde 2000. Possuímos um déficit de 231 mil vagas, a juventude encarcerada representa 56% do montante, 67% dos encarcerados são negros, 53% não completou o ensino fundamental. Em resumo, o sistema carcerário parece bastante seletivo: prendemos jovens, negros e analfabetos em presídios lotados, que são submetidos a um cotidiano violento e de exclusão de direitos. A oferta e elaboração de políticas para essa população tem sido falha, prioriza-se apenas o encarceramento como solução primordial, ao invés de empreender buscas por melhorias para essa categoria.

Se ser homem, jovem e detento no Brasil é estar colocado em um universo que permeia a barbárie e o descaso, ser mulher nesse contexto é ainda mais preocupante. A

⁷ Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/06/populacao-carceraria-brasileira- chega-600-mil-aponta-ministerio-da-justica-240.html>. Acesso em 01 de abril de 2016.

população encarcerada feminina está exposta a limitações e violências ainda mais severas em comparação à masculina. Dados apontam que o percentual de mulheres presas aumentou 567%, essas mulheres somam no total 607 de mil vagas no sistema penitenciário. Esse número tem sido cada vez mais crescente, ao longo do tempo, e essa é uma das preocupações latentes, tendo em vista que, além de estarem inseridas nessa categoria, carregam também o peso de ser mulher. 38 mil mulheres, estão atrás das grades, cumprindo pena, na maioria das vezes, por crimes não violentos. 68% está presa por tráfico de entorpecentes (INFOPEN,2014). É justamente dentro desse cenário que pretendemos verificar como a dinâmica da visita íntima funciona, para que possamos observar também as relações afetivo-amorosas, dentro da *Colônia Penal Feminina do Recife*.

Muitas mulheres que experimentam o sofrimento que o cárcere impõe, têm que lidar também com o abandono dos seus familiares. Mulheres presas raramente recebem visitas dos seus maridos e estão muitas vezes presas por causa deles. Além disso, essas mulheres também são mães tendo que conviver longe dos seus filhos. Em suma, a cadeia para a mulher é muito mais pesada, a pressão e os efeitos do cárcere são sentidos mais intensamente por elas. Dessa maneira, pretendemos através das trajetórias de vida dessas mulheres, entender a dinâmica dos relacionamentos que estabelecem e como funcionam as práticas dentro do contexto penitenciário. É importante ressaltarmos que daremos ênfase às relações afetivas construídas pelas internas da colônia penal, buscando entender a conexão delas com suas histórias de vida. Nosso foco recairá sobre presas que se relacionam entre si, as que possuem companheiros em outros presídios, ou as que possuem relacionamentos *extramuros*, verificando como se dá a dinâmica dessas relações dentro do ambiente carcerário. Para isso, entenderemos aqui a afetividade amorosa como sendo a que a duras custas, busca preencher as lacunas criadas pela solidão da mulher, pelo cárcere.

1.1. A situação da mulher presa no Brasil

Como adiantamos anteriormente, a situação do sistema carcerário brasileiro não é das melhores. A taxa de aprisionamento no Brasil aumentou cerca de 67% entre 2004 e em 2014, tínhamos cerca de 607.107 presos, enquanto a taxa de ocupação fica em torno de 161 %, ou seja, em espaços que comportariam cerca de 10 pessoas, 16 são acomodadas⁸. Dessas pessoas, 37.380 eram mulheres no mesmo ano. É importante que possamos discutir o aumento dessa taxa de mulheres encarceradas, em função da necessidade de se entender o motivo disso estar acontecendo em um contexto que tem priorizado pouco as discussões de gênero no âmbito penitenciário. Em Pernambuco, no ano de 2014, eram 2.326 distribuídas em cinco unidades, dessas, 57% esperavam julgamento e 34% tinham de 25 a 29 anos e 81% eram negras. Com relação à escolaridade, 44% tinham completado ensino fundamental I e 20% eram analfabetas. Em contraposição, o relatório mostrava que nenhuma possuía superior completo. Dessa maneira, conseguimos enxergar previamente o público que estamos estudando: na sua maioria jovens, negras, com baixo nível de escolaridade e esperando julgamento (INFOPEN,2014).

Quando fui à campo pela primeira vez, assim que comecei minhas pesquisas desde a graduação, já tinha conhecimento do perfil da população carcerária que encontraria. Sempre que me era solicitado que escolhesse qual detenta deveria vir ao meu encontro para que pudéssemos conversar ou fazer os *atendimentos* como elas preferiam chamar, eu deixava à critério de quem estava me auxiliando no momento. Algumas vezes me detia apenas em solicitar determinada escolaridade ou raça, para que a amostra ficasse mais diversa. Nessa última oportunidade, parti da lista de visita íntima, entrevistei mulheres fora do contexto intramuros. No entanto grande parte, para não dizer a maioria, seguia o perfil geral de presídios femininos pernambucanos. Recordo-me de ter conhecido apenas uma que se dizia engenheira e outra que dizia ter renda familiar de mais de cinco salários mínimos. Por mais que precisasse acessar as bases de dados para justificar o perfil do público que estava estudando, isso ficava muito claro quando da realização das entrevistas.

Sempre que entrevistava as “meninas”, como citarei mais abaixo, não as via como

⁸Dados do relatório de Informação Penitenciária de 2014.

meros objetos das quais eu aproveitava as horas de conversas para que esse trabalho se construísse, como acredito que imaginavam as pessoas que encontrei na *caminhada*; desde o coronel na SERES até as agentes penitenciárias. Sempre que eu entrava no Bom Pastor, me imaginava no lugar das Micheles, Jaquelines, Julianas e Pâmelas que assim como eu eram mulheres e nunca deixei de percebê-las assim. Sempre escutei falar em conversas informais que “*pesquisar mulher é mais fácil*”, que são mais dóceis, mais maleáveis, dispostas e acessíveis à ordem. Recordo-me de escutar de uma agente uma vez que as mulheres resistiam menos à autoridade, que eram mais *moles*, mais fáceis.

Em presídio masculino, os homens chamam um de senhor e senhora, aqui na Colônia a gente dá mais liberdade porque elas são mais comportadas, podem chamar pelo nome. Se organizam mais, é mais fácil pra gente” (Agente de segurança).

Para quem olhava de fora, pesquisar mulher presa era muito fácil e simples, afinal de contas estavam ali, deveriam responder as entrevistas, não havia tanto risco como em presídios masculinos, em suma, era seguir protocolo. No entanto, imaginava que não era apenas isso.

Sempre que nos atemos a estudar o universo feminino carcerário, encontramos uma série de referências que o comparam com a situação masculina. “Presos que menstruam” de Nana de Queiroz (2015), por exemplo, mostra a situação de mulheres presas que são tratadas como homens e que têm suas necessidades femininas negligenciadas. Presenciei durante as incursões das pesquisas, muitas mulheres pedindo absorventes ou reclamando da falta de anticoncepcionais, por exemplo. Necessidades básicas, simples, que por lei deveriam ser minimamente atendidas, não são. Certa vez, quando entrevistava a diretora que à época coordenava a escola Olga Benário Prestes, escutei dela que o mundo da Colônia não era o horror que diziam, que era mais difícil por que eram muitas mulheres juntas, que eram muitos hormônios juntos, muita mulher de TPM, que em alguns dias as coisas ficavam complicadas pois haviam brigas, mas nada que não se contornasse com uma conversa. Afinal de contas segundo ela, mulheres são mais doces, mais abertas a escutarem conselhos. Essa mesma mulher, condenou mais à frente a forma como as internas dançavam a música brega, segundo ela exibindo demais seus corpos e fazendo movimentos que imitavam o ato sexual.

Grande parte das mulheres está detida por tráfico de drogas na CPFR. Em Pernambuco, 50% da população carcerária feminina estava presa por tráfico. Em muitas

histórias que pude escutar, muitas delas se envolveram no tráfico por conta dos maridos, que também presos, as obrigavam a comandar a venda dos entorpecentes, que faziam com que elas entrassem nos presídios masculinos para visitá-los portando drogas e que as obrigavam a continuar como suas esposas. Quem subvertia a ordem vivia com medo, não desejava a liberdade para não ser morta. Carregavam em seus ventres, filhos de pais incertos, que saíam dos seus braços para ganhar o mundo sem que ao menos elas soubessem que braços os receberiam. Enquanto isso, deveriam se preocupar com a gestação difícil, privada de exames necessários. Mesmo que ocupassem celas especiais, as internas gestantes continuavam dentro do ambiente insalubre. Ouvi relato de mulheres que saíram algemadas para a maternidade, de bebês sem leite, de pouca fralda. Certo dia saí da Colônia e uma grávida alisava a barriga e chorava. Desde cedo o corpo da mulher é condenado à ser instrumento de reprodução e sujeição, marcado por uma série de tabus e proibições. Dentro do contexto carcerário isso não deixa de existir, pois, como foi dito mais acima, essas mulheres carregam o grande estigma da condição de mulher e de detenta. Para elas é muito mais difícil cumprir a pena, pois muitas vezes são tratadas como “homens que menstruam”, como mais um montante encarcerado.

Quando nos propomos a estudar o sistema carcerário feminino, nos atemos ao fato de que a estrutura proporciona certo descaso com a questão de gênero. Mulheres vivem nas mesmas condições que os homens, na situação do encarceramento. No entanto, é preciso entender que esse descaso não tem sua origem apenas na mera falta de recursos que são destinados a essa população. Há certa intencionalidade na aplicação de uma pena mais severa para mulheres, o que não representa somente um descaso com relação ao gênero e sim um caso. A pena é muito mais pesada para as mulheres, no sentido que busca puni-las não apenas pelo crime que cometeram, mas também por estarem ocupando um lugar que não lhes compete dentro da estrutura social. Há uma severidade maior na pena, pois além de pagar pelo delito, ela paga pela sua condição de gênero. A transgressão é muito maior do que no caso masculino. A mulher, segundo o pensamento de quem a pune, deixa de ocupar a função de cuidadora do lar e de mãe, por exemplo, para cometer infrações, e isso é muito mais grave.

Em artigo ⁹ para a revista Carta Capital, o defensor público Bruno Shimuzu, considera inclusive que grande parte das sentenças dadas às mulheres, compartilha de um machismo e de um conservadorismo grandemente influente dentro do judiciário. Diferente dos homens, na situação de prisão, as mulheres são mais expostas moralmente, consideradas incapazes de exercer a maternidade, tidas como irresponsáveis e, portanto, dignas de sofrer muito mais no decorrer da sua pena. Muitas das mulheres, cometem crimes por precisarem sustentar seus filhos, por medo de represálias dos maridos presos e são julgadas por não exercerem corretamente seus papéis de mãe, do lar e da família. O castigo mais intenso é afastá-las dos filhos e do convívio familiar.

A distinção na aplicação da pena ocorre também no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. “Um homem preso, ao receber uma visita íntima, pode engravidar uma mulher, e isso não terá repercussão no estabelecimento penitenciário” (CASTILHO, 2007.p.42) Na penitenciária feminina, a mulher terá dificuldades de realizar o pré-natal, não terá acesso a medicamentos, poderá ficar com o filho apenas 6 meses e deverá entregá-lo ao fim desse período. A questão da visita funciona também como mecanismo de distinção no que diz respeito ao cumprimento da pena por mulheres. Em presídios masculinos, os homens são sempre visitados por suas esposas e mães, enquanto a mulher, em grande parte das vezes, tem o apoio familiar escasso, principalmente, no que diz respeito aos seus companheiros e pais. Há uma dificuldade em se trabalhar com direitos da mulher presa, pela ausência de leis que a contemplem de maneira específica. A saída encontrada, foi apenas a de separá-las dos espaços masculinos e garantir que fiquem com seus filhos no período de amamentação.

⁹ Disponível em: <http://ponte.cartacapital.com.br/a-dupla-punicao-das-mulheres-presas-por-trafico-de-drogas/>

1.2. Do convento ao presídio feminino

Enquanto buscava resgatar na mente alguns aspectos do Bom Pastor, encontro na internet uma matéria que fala de um surto de meningite lá dentro¹⁰. A matéria diz em poucas linhas que na noite anterior, um princípio de rebelião havia acontecido. Logo estranhei, nesse tempo todo de idas e vindas para entrevistas, sempre escutei das internas e dos agentes que aquilo raramente acontecia ali. Apenas uma vez em entrevista, soube que uma interna queimou um colchão, mas nada que não pudesse ser controlado sem que a notícia precisasse sair dos muros. Mas dessa vez saiu; o princípio de rebelião se deu por conta de um possível surto de meningite, que já havia vitimado uma presa e teria contagiado outra, que gestante, havia sido transferida para o hospital. A matéria dizia que alguns familiares fizeram plantão no portão principal em busca de informações e que o possível surto estava sendo controlado. De sobressalto, pensei no desespero das internas, expostas agora ao risco de ser contagiadas, dos seus parentes sedentos por notícias e também no meu campo de pesquisa: não saberia agora quando poderia entrar lá.

No dia seguinte outra matéria saía, um sanitarista rebatia algumas informações da secretaria de saúde de que o surto estava sendo controlado e que pouco mais de 150 comprimidos estavam sendo distribuídos para as internas. A conta não batia, a quantidade de comprimidos não daria para a metade delas, a profilaxia não estava sendo feita adequadamente. Pouco depois, não era mais meningite a doença, a presa tinha morrido de uma infecção bacteriana qualquer e a outra estava sendo medicada apesar de seguir internada. Estava tudo sobre controle e não se ouviu falar mais disso. Tentei na mesma semana marcar uma ida para realização de mais entrevistas, mas ninguém atendeu. Não posso negar que temi voltar à CPFR, não se sabia ao certo se realmente o surto havia sido controlado ou se chegou a existir. Decidi esperar mais um pouco. Na mesma semana, uma ONG que por vezes ajudo, me propõe uma atividade com as internas, algo sobre emponderamento feminino em que acreditam que eu possa ajudar. Ficam sabendo do surto por meio da secretaria de ressocialização, que logo em seguida coloca que tudo está sobre controle e que a atividade pode ser realizada. Nem eu, nem as pessoas da ONG, nem nenhuma outra pessoa tem como certificar a segurança de voltar lá. Contemos com

¹⁰ Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/saude/noticia/2016/09/28/detenta-do-bom-pastor-morre-com-suspeita-de-meningite-254617.php>. Acesso em 29 set 2016

a sorte então.

A maneira como o ocorrido foi tratado pelo poder público, reforça ainda mais o enquadramento do Bom Pastor enquanto instituição total. As informações confusas quanto ao surto de meningite são prova de que o espaço é tão recortado e vigiado que inclusive as informações de interesse público são manuseadas e manipuladas para atender aos interesses de um corpo de dirigentes, que responde a um extrato maior, que, por conseguinte expõe numa matéria de menos de 10 linhas o que precisamos saber, para que possamos nos confortar. Conforto esse que remeto facilmente à plateia da execução de *Damiens*¹¹. Com a supressão dos suplícios, elimina-se a cólera do público sedento pela execução da pena. Agora, um tenebroso conforto toma os expectadores, pelo simples fato do castigo estar longe dos olhos. Não se fala mais em meningite.

A Colônia Penal Feminina do Recife fica localizada no bairro do Engenho do Meio, zona Oeste do Recife. Relativamente perto do centro, o local abriga hoje cerca de mulheres sentenciadas e esperando julgamento. No espaço que hoje é ocupado pelo presídio, existia antes uma casa de freiras da Congregação Nossa Senhora do Bom Pastor. Essas freiras eram responsáveis pelo atendimento disciplinar de algumas mulheres. Foi então que aos 03 de outubro de 1943, o então governador Agamenon Magalhães cedeu cerca de 10 hectares para o lançamento da pedra fundamental do que viria a ser a Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor (SANTOS,2009). Interessante notar que o que antecedeu a criação da CPFRR foi outra instituição total, um convento. Não se sabe até que ponto isso possa ter influenciado na criação do Bom Pastor, mas que revela muito de suas bases disciplinares.

A Colônia possui cerca de 700 detentas, das quais 85 são concessionadas para o trabalho interno em serviços setoriais, tais como administrativo e jurídico. Distribuídas em 33 celas, incluindo espaços especiais para gestantes e a cela do castigo. As detentas vivem sob a supervisão dos agentes de segurança penitenciária e sob a administração dos setores da segurança e psicossocial. As tabelas 1, 2 e 3 a seguir, caracterizam as condições socioeconômicas da população carcerária, no período de 2013 ¹² conforme dados do Sistema de Informação Carcerário:

¹¹ Em *Vigiar e Punir*, Foucault, nas primeiras páginas descreve a execução de *Damiens* um condenado.

¹² Os dados foram conseguidos junto à administração da Instituição no ano corrente. Em 2016, os dados não foram disponibilizados.

TABELA 1 – Detentas por nível de escolaridade

Escolaridade	Total
Analfabetos	48
Alfabetizados	77
Fundamental completo	58
Fundamental incompleto	375
Médio incompleto	80
Médio Completo	55
Mais que superior	1
Não informado	10

Fonte: Dados do Sistema de informação Carcerária de Pernambuco, fornecido pela administração do CPFRR

TABELA 2 – Detentas por raça

Raça	Total
Branca	111
Indígena	3
Negra	149
Parda	437
Outras	4

Fonte: Dados do Sistema de informação Carcerária de Pernambuco, fornecido pela administração do CPFRR

TABELA 3 – Detentas por situação econômica

Estado econômico	Total
Não informado	412
Até 1 salário mínimo	252
De 2 até 3 salários mínimos	34
Mais de 3 até 4 salários mínimos	3
Mais de 4 até 5 salários mínimos	3

Fonte: Dados do Sistema de informação Carcerária de Pernambuco, fornecido pela administração do CPFRR

A rotina da instituição começa cedo, com as detentas concessionadas da cozinha acordando por volta das 3 da manhã para o preparo da primeira refeição. O restante é convocado através de uma sirene para que possam pegar a *boia*¹³:

Cinco horas, acordo, banho, encher balde, lavar o banheiro, são vinte minutos de água, de manhã, vinte minutos de meio dia, e vinte minutos de noite. Encher balde, trocar de roupa, tomar café e trabalhar. Meio dia, almoçar, cinco da tarde, tomar café, cela (Maria, 29 anos).

As detentas que trabalham encaminham-se para o serviço, as que não realizam nenhum tipo de atividade recolhem-se às celas à espera do novo toque, que sinalizará o momento da próxima refeição, rotina essa observada na fala de Flávia: “*Meu dia-a-dia é normal, me acordo de manhã, vou tomar café, aí bate a tranca, aí vou dormir, leio um livro às vezes, meio-dia almoço, assisto novela e vou dormir. Minha rotina é essa*”. Para quem trabalha, o dia é praticamente todo ocupado pelas atividades em empresas privadas instaladas nas dependências da instituição, que emprega 172 detentas. Quem não trabalha geralmente estuda na Escola Olga Benário Prestes, instituição pública mantida pela Secretaria de Educação do Estado, que oferece 250 vagas até o ensino fundamental II. Quem

¹³ *Bóia* refere-se a refeição.

não trabalha nem estuda passa o dia inteiro nas celas, saindo apenas para fazer as refeições ou nos finais de semana para o banho de sol e a visita.

Essas são características pertinentes a uma instituição total. Como nos diz Foucault, nas instituições panópticas, não se é necessário recorrer a uma força. A sujeição dos “condenados” nasce mecanicamente de uma relação invisível, de maneira que quem se encontra em um campo de visibilidade, se vê obrigado a obedecer, assegurando, dessa maneira, o funcionamento automático do poder. O panóptico, é assim também, um laboratório do poder, e graças a esse mecanismo, possui a capacidade de penetrar no comportamento dos homens, permitindo que se intervenha, como e onde quiser, em cada uma das individualidades (FOUCAULT, 1987).

Como observa Goffman, a mobilidade entre os estratos dos supervisores e supervisionados é limitada (GOFFMAN, 1961). Na CPFR essa mobilidade não foi percebida, a diferenciação ocorre apenas entre as que realizam algum tipo de atividade ou não, o que não significa que haja uma ascensão de postos ali dentro, obviamente por se tratar de uma penitenciária: as detentas estão ali reclusas para pagar suas penas e não para ascender dentro do sistema. Talvez a filosofia da secretaria responsável, a Secretaria de Ressocialização, pressuponha que se possa oferecer uma nova ressocialização às meninas que foram submetidas a uma socialização falha, e que por esse motivo encontram-se detidas. Mesmo assim, há entre as detentas um sentimento comum de que todas ali são iguais, independente do crime que tenham cometido, e essa postura se percebe também nos gestores:

E assim, eu gosto de trabalhar com as reeducandas, pra mim é como qualquer outra coisa assim fora. Não existe esse negócio de medo, não procuro nem saber o crime que ela praticou, porque pra mim são todas iguais (Gestor)

Mesmo vivendo sob o olhar de autoridade das instâncias de segurança da cadeia, as detentas concessionadas alegam sempre que a convivência é muito boa, conforme falam: *“tudo ótimo, né? Porque eu fico na minha, não me meto em nada”*; *“Ah, todo mundo gosta de mim, eu me dou bem com todo mundo”*; *“Sempre tratando com educação, e respeito”*. Os gestores, por sua vez, confirmam as informações dadas pelas detentas: *“É tranquilo assim, você tem que respeitar. Elas têm respeito com a gente, a gente tem respeito com elas... Elas cometeram o erro, estão aqui pagando apenas pelo erro que cometeram”*; *“Nunca tive problema com nenhuma reeducanda, todas me respeitam, nunca precisei botar ninguém na disciplina”*.

A convivência percebida no espaço onde se realizavam as entrevistas - a sala do setor psicossocial - era harmoniosa, permitindo inclusive brincadeiras e uma maior interação entre os dois estratos. Vale salientar que essa pacificidade foi observada apenas com as concessionadas. Essa, no entanto, não foi a impressão deixada pelas presas quando da realização das entrevistas

Só tem meia hora pra comer aqui dentro, e toca pra gente entrar, porque aqui ninguém tem pena de ninguém não, a gente não tem direito a nada, é tudo trancada. E se tem uma briga dentro da cela todas pagam e levam spray de pimenta, e quando a gente vai falar de direitos humanos ela manda a gente pra disciplina, dá o bonde¹⁴. A chefe de segurança me deu um bonde dizendo que eu tava com aparelho [celular] (Josefa,20),

Essas informações vêm a ressaltar as características das instituições totais a que os indivíduos estão submetidos, quando obrigados a viver uma rotina, que vai desde a hora da realização das refeições até à contagem diária das presas: *“Quando eu chego a gente fecha o lençol e fica conversando nós três, depois passa a total¹⁵, a gente desce e depois vai dormir”*. As detentas são submetidas ao que Goffman denominou de mortificação, ou seja, qualquer tipo de ordem que obrigue o indivíduo a exercer determinadas posturas,

¹⁴ Bonde significa a transferência de várias presas para outra cadeia.

¹⁵ A total é a contagem diária das presas nas celas feita pelos agentes penitenciários.

tendo em vista atender aos moldes da instituição e que pode provocar a morte do *eu*. “Um exemplo mais difuso desse tipo de mortificação ocorre quando é obrigado a executar uma rotina diária de vida que considera estranha a ele aceitar um papel com o qual não se identifica” (GOFFMAN, 1961, p.31).

Todos esses aspectos pertinentes às instituições totais são ainda mais agravados tendo em vista as condições existentes na Colônia Penal Feminina do Recife. O problema que mais chama atenção dos gestores, também denunciado pelas detentas, é a superlotação: “*A estrutura daqui é feita para 200 presas, e atualmente tem 900 presas*”; “*O que mais nos tocou foi a questão da superlotação, a gente vê uma cela onde cabem seis pessoas, com 20*”. O problema maior diz respeito à infraestrutura, não só do espaço que abriga permanentemente as presas como também da escola:

Embora não seja o foco do nosso estudo, as presas têm denúncias não só sobre a infraestrutura, como também de maus tratos e de privilégios. Além do uso do spray de pimenta e da obrigatoriedade de dormir no chão, o castigo é também temido:

Na disciplina elas não recebem visita da família, né? Elas têm direito a banho de sol lá mesmo. É um lugar específico, onde existem quatro celas e um patiozinho, no meio onde tem a luz solar e elas não são retiradas (Gestor).

Os privilégios também existem: por exemplo, as mulheres que trabalham podem dormir em camas, diferentemente de quem não realiza nenhuma atividade. Essa é outra exterioridade estudada por Goffman: “os castigos e privilégios passam a ligar-se a um sistema de trabalho interno. Os locais de trabalho e os locais de dormir se tornam claramente definidos como locais onde há certos tipos e níveis de privilégios” (GOFFMAN, 1961, p.52).

1.3 Da pena, da prisão e do sentimento

Nas primeiras páginas de *Vigiar e punir*, o Suplício, mais especificamente no capítulo *O corpo dos condenados*, Foucault descreve detalhadamente a execução de Damiens. E o faz com uma riqueza de detalhes que destrincha a nossos olhos cada osso, rompe cada artéria, corta lentamente cada articulação do pobre condenado. Cerrar os olhos nessa parte, nos leva à plateia clamorosa pela morte de Damiens. A agonia se encerra quando finalmente os cavalos terminam a tarefa, e a multidão se vai, com planos de muito possivelmente voltar no dia seguinte. A riqueza de detalhes é fascinante e ao mesmo tempo cruel, nos incomoda. A punição é para o corpo, que deve sofrer proporcionalmente ao delito. Se a execução de Damiens nos causa desconforto em função da crueldade, e se não conseguimos compreender o que levaria uma multidão inteira a testemunhar tal suplício, é mais desconfortante ainda, imaginar que por mais que a pena tenha deixado de ser aplicada tal como foi nele, somos nós muitas vezes integrantes dessa plateia nos tempos atuais, onde o suplício permeia o público e o entre muros.

As implicações eram várias, em vista dos “espetáculos”, quem assistia ficava cada vez mais agressivo fazendo do condenado um objeto misto de pena e expiação da culpa. O domínio sobre o corpo vai desaparecendo com o passar dos séculos, “a punição, pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então, terá um cunho negativo” (FOUCAULT,2014, p.14.). O contato com o corpo como forma de punição, passou a ser feito em casos extremos e visando objetivos mais complexos. Segundo Foucault, o corpo de agentes da punição foi substituído. Em vez de carrascos, passou-se a priorizar os psicólogos e educadores que tinham a função de não permitir que o corpo fosse atingido em sua integridade, mesmo que publicamente. Ao condenado é imbuída a obrigação de viver, para que seu corpo cumpra a pena até o final. “Utopia do poder judiciário: tirar a vida evitando deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor” (FOUCAULT,2014, p. 16-17).

É bem claro o motivo pelo qual optamos por utilizar Foucault, neste trabalho. Ao estudarmos uma realidade intramuros, enxergamos nitidamente todo o processo de evolução da pena e da prisão que Foucault descrevera. Depois da quase redução total dos suplícios, opta-se pela guilhotina, que toca o corpo em sua mínima extensão, reduzindo o tempo de duração do espetáculo que ocorria em torno da morte do condenado. A humanidade passava aos poucos a aparecer na pena, que muda o foco em atingir e mutilar

o corpo, e passa a ter como alvo a alma dos condenados. O castigo passaria agora a atingir a disposição, as vontades e a localidade mais íntima dos indivíduos. A realidade em que se insere a punição, nesta nova fase, é incorpórea (FOUCAULT,2014).

Nos atendo mais propriamente no que foi dito mais acima, quando da execução de Damians, e nos colocando perante a agonia do suplicante como plateia sedenta, pretendemos aqui, discutir o cotidiano das internas da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor, onde existem cerca de 700 mulheres totalmente privadas de sua liberdade. Dentro da discussão, priorizaremos as relações afetivas, buscando verificar a importância delas e como isso é percebido por elas e pelos funcionários da instituição. É importante salientar, que optamos por usar a classificação fria da plateia nos tempos atuais, pois entendemos que o sistema carcerário em si, apresenta lacunas e irregularidades que estão muitas vezes longe dos nossos olhos, mas que acabamos por legitimar esse modelo de punição. Como veremos adiante, a situação de centros de internação e penitenciárias femininas é muitas vezes mais precária do que as masculinas. A ideia que se passa é que o sistema carcerário não distingue em medidas burocráticas homens de mulheres. Essas últimas, apresentam necessidades diferentes, mas que não são atendidas pelo poder público. Há um caso no que diz respeito à perspectiva de gênero dentro do sistema carcerário.

Quando pretendemos visualizar o cenário que será aqui descrito, na ótica foucaultiana, empreendemos o desafio de mostrar o quanto o cumprimento e a aplicação da pena é apenas menos incorpóreo dentro do *Bom Pastor*, existindo outras formas de punição, observadas por nós como violentas, e o quanto damos legitimidade ao que acontece não só dentro desta instituição total, mas em todas as outras. Por instituição total, Goffman definiu toda aquela que tem como aspecto central a ruptura das barreiras que separam a vida cotidiana, que são três: dormir, brincar e trabalhar:

Em primeiro lugar, todos os aspectos são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas(...) finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejados para atender os objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN,2005, p.18).

Como podemos perceber nas palavras de Goffman, as instituições com tendência de fechamento, ditas totais, têm a função de separar os indivíduos do convívio com o mundo externo. A peculiaridade se dá por se apresentar como híbrido social: uma extensão do lar,

fora do lar. Duas forças atuam por sobre os indivíduos internados nesses locais: a que vai fazê-lo despir-se da sua “cultura aparente” e a que vai forçá-lo a empreender uma adaptação ao local, para que adquira o conjunto de signos próprio de cada instituição (GOFFMAN,2005).

Esse desafio se coloca, em função da violência simbólica ser invisível. Por mais que as internas sofram determinados tipos de sanção, elas acabam internalizando isso, os agentes naturalizam as práticas e nós as tornamos legítimas. A violência funciona sobre todas as instâncias. A violência nesse caso, do Estado, tida como legal. “Ainda que no imaginário coletivo, o uso do termo “violência” não remeta imediatamente à ação do Estado, porém mais a de seus contestadores, seria ingênuo e politicamente discutível não ver no Estado um tremendo mecanismo de violência” (CRETTEZ,2008, p.59). Destrinchar os tipos de violência dentro da instituição, pode causar certo desconforto tanto para quem pratica, quanto para quem sofre, afinal de contas, tudo é legitimado. Como Foucault (2014) pontua, é a alma moderna que está em julgamento, dessa maneira, por mais que a punição não se atenha mais ao corpo em si, a violência simbólica está perpetrada no que o autor denominou de “métodos suaves”. Ainda assim, ela marca profundamente e condiciona o indivíduo à dominação.

As instituições totais reforçam esse papel e a intensidade desse tipo de violência. A começar pela entrada da interna, que tem que se “desfazer” das concepções derivadas do que Goffman denominou de “mundo da família”. No entanto, não há uma desculturização total do que foi apreendido do lado de fora.

Para o internado, o sentido completo de estar “dentro”, não existe independente do sentido específico que para ele tem “sair” ou “ir para fora” [...] criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional e usam essa tensão persistente, como uma força estratégica no controle de homens (GOFFMAN,2005, p. 24).

Há nesse sentido em termos Goffmanianos, uma mortificação do eu, que pode não ser feita intencionalmente, mas essa mortificação é ordenada. Há uma série de degradações, rebaixamentos e vexames contra os internos quando da sua entrada. Em instituições com tendência de fechamento, o indivíduo é privado dos seus papéis anteriores à encarceração. Em outras palavras, ele deixa de viver para o mundo externo e passa a se submeter a regras, tendo todas as instâncias do seu eu vigiadas. Tornam-se números e são tratados como tal, são despidos de quem são. Na nossa concepção, é como se precisassem morrer

simbolicamente, para que em um determinado espaço de tempo, correspondente à sua condição, possa retornar à convivência usual, extramuros.

É importante pontuar também que no ambiente em que se desenvolve a análise proposta por este trabalho, poderemos considerar a questão da imposição de regras. Nesse sentido, Becker pontuou que “regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’” (BECKER,2008, p.15). Quem se dispõe a infringir uma regra, ou seja, que não possui um comportamento que corresponde ao esperado de que a estabeleceu, é considerado um *outsider*. As regras, no entanto, podem ser vistas de diferentes perspectivas. Um juiz, por exemplo, pode ser considerado um *outsider*, em alguma circunstância em que foi incapaz de estabelecer determinada regra. Quando esta já aceita é violada, dá-se o nome de comportamento desviante, que é o que na concepção do encarceramento, foi cometido pelas internas do *Bom Pastor*.

Comportamento desviante, é todo aquele que varia com relação a uma taxa média de determinados tipos de comportamento. As várias explicações sobre o desvio acabam por esquecer que ele é criado pela própria sociedade, que cria regras, cujas infrações são consideradas desvios (BECKER,2008). O autor pontua diversas situações em que o comportamento desviante se coloca, e dessa maneira, pretendemos observar também, se essas mulheres que possuem relacionamentos afetivos estão de certo modo colocadas no grupo de desviantes, definido por quem atua como impositor de regras.

É importante ressaltar que tomaremos como referencial teórico, para apoiar a discussão a que nos pretendemos, Michael Foucault, e suas ideias a respeito da evolução da pena e da prisão, e de como o corpo dos condenados deixou de ser alvo dos suplícios. “(...) Um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto, ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo” (FOUCAULT,2014, p.13). O corpo deixou de ser o alvo da marca da pena, e essa passa a ser aplicada no plano do que Foucault conceituou de *consciência abstrata*. O espetáculo da execução está agora longe dos olhos e passa a se encontrar num plano mais independente. O domínio do corpo, aos poucos deixa de existir, ele não pode mais ser tocado como sujeito de execução de determinada pena, e dessa maneira, buscaremos ver, com base nas ideias de Foucault, como essa pena menos incorpórea pode ser observada dentro do campo aqui estudado. A punição tendo como

alvo a alma mais propriamente, é que nos servirá para indicar mais exatamente a dinâmica existente nas relações afetivo conjugais no contexto de um presídio feminino. Em outras palavras, como essa evolução da pena e da prisão, atinge não o corpo, mas o indivíduo no plano dos sentimentos.

Se antes o suplício era tido como forma de fazer com que o espetáculo servisse de lição para quem estava na plateia, de maneira a desencorajar os outros indivíduos, com a evolução dos métodos e técnicas de punição, esse tipo de execução começou a incitar comportamentos violentos de quem assistia, e a justiça deixou de assumir esse papel de carrasca. Nesse novo patamar, a própria condenação passa a agir sobre o condenado, a vergonha já se configura como pena, e os mecanismos de justiça abstém-se da responsabilidade de enforcar condenados e de ser alvo de indagações por parte da plateia. Dá-se início a era da *sobriedade punitiva*.

Outro autor fundamental para a nossa análise é Erving Goffman. O autor nos será de grande importância, pois nos ajudará a perceber de maneira mais técnica as instituições totais. O nosso objeto de pesquisa está continuamente submetido à rotina de uma instituição tal como essa. Nesses espaços, há uma divisão entre dois grupos, os internados, e uma equipe de supervisão. Essa equipe se encarrega de controlar o acesso dos internos com o mundo exterior, e de supervisionar suas atividades, que são, como veremos padronizadas. Dessa maneira, buscaremos perceber no contexto da Colônia Penal, tida como instituição total esse caráter binário; esse grupo de supervisão possui um contato com o mundo externo, ao mesmo tempo que controla o mundo interno. Esses *dirigentes*, segundo o autor, costumam conceber os internados como

Amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN, 1961, p.19).

Além de desenhar o funcionamento da instituição total, buscaremos entender se esse tratamento dispensado às internas do *Bom Pastor* corresponde ao que Goffman pontuou. Se o autor coloca os internos como sendo concebidos como amargos, reservados e fracos, é interessante aqui buscar ver as relações amorosas, também na concepção de quem coordena as internas, no nosso caso os agentes penitenciários.

Como dissemos mais acima, buscaremos nesse trabalho ver como se dão as relações afetivo-amorosas na dinâmica da visita íntima, existente dentro da Colônia penal, através do que denominamos de normatização das regras impostas, sem que esqueçamos que o ambiente é caracteristicamente violento. Para que possamos conceituar os diversos tipos de violências que se apresentam, lançaremos mão de Bourdieu (2012) e Crettiez (2008) quando estes conceituarão as violências simbólicas, físicas, política e social, e nos auxiliarão a perceber como elas se manifestam no campo estudado. É importante aqui definir cada tipo de violência, para que possamos perceber como cada uma delas se manifesta e desta forma, analisar como a normalização das regras acontece, ou seja, como e em que medida as internas acabam absorvendo regras a ponto de torná-las normais. Em outras palavras, como os mecanismos de poder são instalados e passam a agir dentro do contexto de instituição total.

Importante aqui também é tratar do cenário em que as relações afetivas entre as internas se desenvolvem. O primeiro deles é o cotidiano prisional, que implica numa série de características, entre elas a constante padronização dos indivíduos. Esta é uma característica das instituições totais, como observa Goffman, ao afirmar, quanto aos institucionalizados, que vivem "todos os aspectos da sua vida em um recinto fechado e tendo a companhia íntima de outros internos igualmente separados do mundo abrangente" (GOFFMAN, 1974, p. 175). Isso pode fazer com que os institucionalizados se adequem a um padrão estabelecido ou consigam rotas de saída para a diferenciação. Trabalhando na perspectiva goffmaniana do interacionismo simbólico, faremos uma análise microsociológica dos fenômenos sociais, observando as trocas feitas entre as pessoas no âmbito prisional, onde a interação social é baseada em relações simbólicas. Estas relações são construídas e detêm significado que atribuímos a elas e, por conseguinte, os outros também atribuem sentido às suas.

Goffman observou que “uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral” (GOFFMAN, 1961, p. 17). As instituições totais têm como aspecto central romper as barreiras que separam essas três esferas da vida cotidiana. Esse rompimento causaria uma padronização das atividades realizadas pelos indivíduos, produzindo, em termos goffmanianos, uma “morte social. Nesse contexto, Goffman vai nos ajudar a pensar a questão da

representação dessas mulheres no contexto que elas se encontram: continuamente dispostas a um grupo particular de observadores – outras detentas, os gestores, os agentes penitenciários, os visitantes –, há uma troca de influências entre todos. Isso nos encaminha à ideia do *panoptismo*, que pressupõe um modelo onde os indivíduos são observados na sua individualidade como pequenos atores, em seus teatros. “Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados” (FOUCAULT, 2006, p.187-188).

O panóptico de Bentham, é a realização, em termos físicos dessa composição disciplinar. Esse modelo, é uma construção, em forma de anel, onde celas estão dispostas, de modo que possam ser vistas por uma torre, que se encontra no centro da construção. “Tantas jaulas, tantos pequenos teatros em que o ator está sozinho, perfeitamente individualizado, e constantemente visível” (FOUCAULT, 2006, p.190). O efeito, é a organização das massas, uma coleção de individualidades que serão analisadas pelo “vigia” da torre. Não se permite o contato dos “atores”, evita-se dessa maneira “as massas compactas, fervilhantes, pululantes, que eram encontradas nos locais de encarceramento.” O mais interessante em notar isso, é que essa noção de poder e disciplina, é internalizada, por quem está encarcerado, ou seja, o panoptismo, supõe induzir ao detento um estado permanente de visibilidade, que por consequência, vai permitir assegurar o funcionamento automático do poder.

Nas instituições panópticas, normalmente não se é necessário recorrer a uma força. A sujeição dos “condenados” nasce mecanicamente de uma relação invisível. De maneira que quem se encontra em um campo de visibilidade, se vê obrigado a obedecer, assegurando, dessa maneira, o funcionamento automático do poder, onde a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. O panóptico, é assim também, um laboratório do poder, que graças ao seu mecanismo de poder, possui a capacidade de penetrar no comportamento dos homens, permitindo que se intervenha, como e onde quiser, em cada uma das individualidades da coleção.

Quando nos propomos a estudar as relações afetivo amorosas, dentro do contexto penitenciário, empreendemos o desafio de percebê-lo em um universo que vigia o ser humano em todas as suas intimidades. Todas as internas estão submetidas a uma observação constante de todas as esferas que compõem sua vida social, dessa maneira,

pretendemos perceber como se apresenta o amor em um cenário onde predominam privações e violências. Para isso, empreenderemos uma análise das relações afetivas existentes dentro do contexto da prisão, e como elas são vistas, sentidas e percebidas por elas, em um cotidiano de tensões e privações. É importante ressaltar que decidi por denominar o Bom Pastor como espaço de dinâmicas e práticas, pois foi assim que o percebi: local de experiências e vivências de centenas de mulheres, quase que como um experimento social, que é efervescente e que por isso, incita que façamos um delineamento da dinâmica nele presente, para que possamos melhor elaborar o mapeamento das relações afetivas dentro do contexto da visita íntima.

CAPÍTULO 2- Dos aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa

2.1. As instituições totais

Quando propus no início deste trabalho a delinear a dinâmica da visita íntima no contexto da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor, e empreender uma análise a respeito das relações afetivas entre as internas da instituição, procurei deixar claro o quanto o campo me atingia e se mostrava cada vez mais desafiador. A distância a nós exigida quando da realização das incursões a campo pareceu a mim ser o processo mais confuso e doloroso. Ir à campo, no entanto, sempre foi para mim, uma atividade realizadora. Sempre que eu desanimava, frente à contextos vários, as idas ao Bom Pastor, me fazia reavivar o processo de contar um pouco mais da história das meninas presas, dos seus casos, da dinâmica do lugar e por fim de me realizar, na expectativa de que o que fosse escrito chegasse para além dos muros e que fizesse conhecida a rotina daquele lugar.

Após a realização das entrevistas iniciais, preocupei-me em relatá-las o mais fielmente possível, pois, como já mencionei acima, não me foi permitido gravar qualquer dado. Eu apenas poderia entrar com um caderno e uma caneta na sala em que eu conversava com elas, nada poderia sair dali além do que estava registrado na minha mente e nas poucas folhas que tinha. Preocupava-me a postura de conversar com uma presa ao mesmo tempo que tentava anotar tudo que ela dizia, locais, datas, fatos e nomes de parentes envolvidos no enredo. Tentava fazer com que a conversa não possuísse um tom ansioso. Nas vezes que isso aconteceu, percebia nelas uma curiosidade em saber a causa da minha pressa, afinal de contas, haviam sido informadas de que eu apenas gostaria de conversar com elas a respeito da sua vida e que nada seria invasivo demais. A riqueza dos dados consistia então, em tudo que eu conseguira descrever ao chegar em casa.

Quando busquei retomar as entrevistas, encontrei entraves ainda maiores no campo: mudança da equipe de assistência social, desconhecimento do projeto pela equipe nova e a necessidade de reiniciar o processo anteriormente detalhado. Busquei recomeçar e encontrei além das dificuldades já mencionadas, questões mais burocráticas como período de férias de pessoas responsáveis por autorizar meu trabalho, impaciência e descaso de alguns e a falta de tempo de outros. Dessa maneira, decidi por tentar explorar os arredores, a escutar as pessoas disponíveis e sistematizar isso tudo de modo que

completasse o que eu já havia iniciado com maior fôlego, a um nível compatível e satisfatório. Retrato assim, a consciência de que os dados coletados possuem determinada quebra, como veremos adiante, porém constroem um enredo que contempla o tema e que de maneira clara e acessível, pode vir a ser conhecido por quem se interesse pela causa e pelo campo. Busquei imprimir no dissertar desse trabalho além dos entraves da pesquisa, o crescimento que conquistei enquanto pesquisadora de campo. Crescimento este, não pautado apenas no fato de possuir a “coragem” de adentrar no sistema prisional. Essa coragem sempre me foi colocada como um elogio a quem conhecia o que eu estava tentando pesquisar, porém, nunca havia conseguido enxergar os perigos do campo, não havia sequer sombra de algum perigo mais estrutural como rebeliões e motins. Afirmando meu crescimento no sentido de saber lidar com as falhas e as faltas no trabalho de campo. Em um contexto anterior em que tudo era gravado, sistematizado e organizado, tive que me deparar com dificuldades de obtenção de dados, conquista de confiança e entraves de continuidade da pesquisa que não estavam ao meu alcance para serem removidos. Superar e crescer como pesquisadora, foi em meio ao processo, me descobrir gestante e não ser tranquilizada por quem trabalhava no Bom Pastor quanto à segurança da minha saúde em função dos casos de meningite e tuberculose recorrentes. Em meio a isso, continuei.

O exercício etnográfico no contexto prisional é rico e contundente. Descobrimos em meio ao desenrolar, dados e informações desconhecidas do senso comum, detalhes que nos fazem perceber o espaço de outra maneira e nos torna frequentemente alvo de perguntas curiosas tais como “-Como é lá? ”, “-Tu viu alguma coisa? ”, “-Tivesse medo? ”. Por mais que nos detenhamos em delinear aqui, a dinâmica da visita íntima em conjunto com as relações afetivo amorosas, a riqueza dos detalhes, das falas, e da descrição, permite que o leitor enxergue esse espaço sem que tenha precisado estar nele. Dessa maneira, a tentativa de fazer com que o leitor se situasse no campo aos olhos do pesquisador, foi intencional. O intuito foi de fazer com que a análise fosse bastante descritiva e clara, além de prazerosa.

Na dinâmica do campo, principalmente quando se trata de uma etnografia, é regra que façamos uso dos nossos sentidos mais aguçados para que detalhes não passem aos nossos olhos e que deixemos de fazer com que ele contribua para o trabalho. Roberto Cardoso de Oliveira em seu *O trabalho do Antropólogo*, traz uma rica análise a respeito do método etnográfico, e que contempla o exercício de campo aqui explanado. Dentro das tarefas de *ouvir, olhar e escrever*, Oliveira, nos mostra que essas três tarefas que nos

parecem tão comuns, precisam de problematização para que não passem como sendo triviais e simples. “ (...) essas faculdades, ou melhor dizendo, esses *atos cognitivos* delas recorrentes, assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que procuramos construir nosso saber” (OLIVEIRA, p.18.). Assim, o autor nos orienta, mostrando que o exercício disciplinado do *ouvir e do olhar*, determina a excelência do nosso *escrever*, pois será a partir dele que nossos pensamentos construirão um discurso cercado do que foi colocado como ponto de análise e que faz rica a experiência do etnografar (OLIVEIRA,2000).

2.2 O olhar, o ouvir e o escrever no exercício de campo: a experiência dentro do contexto penitenciário

No espaço de tempo que meu trabalho de campo ocorreu, considero o olhar como sendo a única faculdade a mim permitida que não sofreu nenhum tipo de veto. Parece irônico meu posicionamento quanto a isso, mas *olhar* era a única coisa que me era permitida fazer no espaço do Bom Pastor. Muito embora eu tenha sido proibida de adentrar no espaço das celas e no espaço comum de convivência das meninas que trabalhavam nas empresas instaladas dentro do presídio, no espaço que me foi oferecido eu poderia olhar tudo que quisesse e relatar isso a partir do meu posicionamento como pesquisadora no campo. Por mais que a nossa visão, acabe sofrendo influências de pensamentos e pré-noções, o resultado desse estudo com o *olhar* não sofreu intervenção grave dos entraves colocados pelo campo. Foi essa, a instância que menos percebeu os problemas do campo, em si.

Oliveira, como já citamos, nos traz a experiência de disciplinar nossas faculdades em campo para que a escrita e o pensamento possam ser direcionados com o intuito de produzir as melhores reflexões dentro de um trabalho de campo. Para ele, deve-se haver inicialmente, a “domesticação teórica do olhar” (OLIVEIRA,2000, p.19). Isso ocorre em função de que, ao direcionarmos nosso olhar para o objeto que estudaremos, corremos o risco de já colocá-lo dentro de outro foco de lentes que não o que ele deve estar colocado. Esse parece ser um fenômeno comum na visualização dos objetos de pesquisa. É natural

que enxerguemos os sujeitos que designamos para análise dentro de um conjunto de olhares, de suposições e de certa maneira, de algo mais *nosso*. Quando fala de domesticar o *olhar*, vale salientar que o autor não determina que esse fenômeno ocorra apenas com ele, mas de que de todos os que estão envolvidos no processo cognitivo, esse é o que mais sofre os efeitos do que ele denomina de *refração* da imagem do campo.

Em se tratando do ambiente prisional, o olhar parece ser ainda mais importante e transmite a necessidade de estar mais atento e de aproveitar cada minuto das incursões a campo. Se a domesticação do olhar ocorre, partindo de nós enquanto etnógrafos, dentro desse contexto, a domesticação ocorre também em função do quanto somos “institucionalizados” pelo que nos rodeia. O meu *olhar* não sofreu uma sanção mais direta, mas o meu corpo enquanto presença não comum, obedecendo a regras gerais e necessárias, era revistado e vigiado em suas particularidades. O *ouvir*, no entanto, era mais controlado. Falava-se baixo o que eu não poderia escutar, minhas entrevistadas sempre baixava a voz em alguma coisa que outras pessoas além de mim não pudessem escutar. O controle exercido pelos mecanismos presentes dentro do contexto de uma instituição total, se fazia presente o tempo todo e lidar com ele, sempre me pareceu interessante, por mais que às vezes frustrasse o andamento dos procedimentos de campo. Para contornar isso de maneira a fazer com que essas informações rendessem, tomei tudo que pude como dado de pesquisa e aos poucos, desenhava além da minha análise, o campo e seus atores diversos.

Quando Oliveira pontua que o *ouvir* e o *falar* não podem ser tomados de forma independentes dentro do trabalho de campo, usa a metáfora de que as duas ferramentas são para nós como muletas. “A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. É nesse ímpeto de que conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas pré-condições desse último” (OLIVEIRA, 2000, p.21). Essas duas atividades estão dispostas para que sejam trabalhadas em conjunto, pois o que falta a uma, pode ser complementada pela outra, agregando positivamente ao trabalho de campo.

É evidente que o *ouvir* e *olhar* foram atividades fundantes dentro deste trabalho. O fato de não poder gravar nada, nem registrar por meio de fotografia ou filmagem, fizeram com que eu me utilizasse unicamente desses meios para a construção deste. Penso que ao final das contas, as ferramentas que pude lançar mão foram bastante úteis e contribuíram de forma positiva. O exercício de *escrever*, contextualizando as informações

de forma a apresentá-las à comunidade acadêmica, como diz o autor, é bem mais complexo do que simplesmente fazer as anotações em campo. O processo é muito mais complicado e exige de quem o faz, muito mais autonomia e capacidade de retratar o que foi apreendido pelos dois outros mecanismos anteriores.

Nesse sentido, outra reflexão nos contempla quando dissertamos a respeito de um campo visto e ouvido: a questão da apresentação do texto em primeira pessoa. “O autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*” (OLIVEIRA, 2000, p.30). Roberto Cardoso chama atenção para o fato de que o texto tome devido cuidados para não ser tão intimista, mas que também não ofusque a voz dos outros sujeitos em função de uma voz em terceira pessoa, que neutralize as informações e as empobreça. Os sujeitos aqui estudados possuem voz e me utilizando da primeira pessoa, busquei não apenas portar para o texto suas palavras, mas descrevê-las fielmente.

Após a justificativa do método, é importante que possamos descrever um pouco mais o material. Denomino material, pois, mesmo que o foco sejam as internas inscritas na lista de visita íntima do ano de 2016, não foi só pelos seus relatos que pude construir o trabalho. O *ver* permitiu que toda a configuração do ambiente fosse contemplada e servisse de aporte. Por se tratar de uma instituição total, o uso da descrição do espaço foi uma ferramenta importante para a completude do trabalho. Como já relatei, minhas conversas aconteceram com essas internas no ano de 2016, a partir de uma lista de casais que haviam marcado visita íntima, selecionados através dela e trazidos até mim por uma interna concessionada do Estado. Além delas, pude conversar com algumas ex-presas que encontrei durante as idas à campo, nos arredores do Bom Pastor e por fim com uma agente penitenciária muito solícita, que me recebeu em sua casa, porém, sem concordar com a gravação da entrevista. Vale salientar também, que por mais que tenha tentado, não pude fotografar os espaços de realização dos encontros íntimos. Apenas escutar das minhas informantes como ele era. Em suma, tudo que apreendi e que foi relatado, foi obtido através de conversas e observações, que acredito que contribuíram para o objetivo principal deste trabalho: “A dinâmica das relações afetivo-amorosas no contexto da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor.

Capítulo 3- Sobre grades, afetos e corações: notas sobre relações afetivo- amorosas e histórias de vida no contexto penitenciário feminino da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor

Quando decidi empreender uma pesquisa que tratasse de populações carcerárias já imaginava que teria que enfrentar alguns entraves próprios do campo. Nas ciências sociais, como se sabe, passamos por desafios vários que se iniciam desde a concepção do nosso objeto de estudo, passando por encontrar objetivos gerais e específicos, para que possamos finalmente nos ater a questões de pesquisa e, por conseguinte empreender uma análise bibliográfica dos termos a serem estudados. Há grandes celeumas em conseguirmos finalmente nos ater a uma questão de pesquisa, em que muitas vezes a convicção da existência dela aparece. Começo esse texto descrevendo não somente a trajetória que muitos podem ter percorrido até que soluções metodológicas eficazes viessem a acalantar suas incertezas, mas, descrevo a minha posição frente ao que decidi tomar como objeto para mim e as dificuldades que enfrentei, enquanto acreditava que a maior delas seria definir quem seria alvo dos meus estudos.

Munida de uma autorização assinada pela orientadora e uma assombrosa esperança de conseguir permissão para entrar na Colônia Penal, fui bem cedo à Secretaria de Ressocialização do estado de Pernambuco que fica localizada no centro do Recife. Lá tratei de procurar a pessoa responsável por autorizar pesquisas e estudos dentro de penitenciárias e depois de algumas voltas e algumas portas fechadas, um simpático senhor decidiu me levar para falar com um coronel responsável pelo setor. Depois de atravessar um pátio em obras e de responder algumas perguntas referentes a minha formação acadêmica, fui levada a outra sala em que deveria esperar pelo tal homem. Reconheci de imediato alguns agentes penitenciários com quem mantive contato em experiência anterior, um deles muito simpático, aceitou minha autorização e saí de lá com a promessa de que o referido coronel leria minha solicitação e que permitiria a minha entrada na CPFRR. O mesmo coronel que é pai de uma amiga que fiz na graduação e que já havia facilitado a minha entrada em outro momento, solicitou no dia seguinte que eu retornasse à secretaria, pois gostaria de saber o que eu faria na pesquisa, o que não parecia estar claro na solicitação. Segundo o agente que me orientou, ele queria me ver e falar comigo.

O dia seguinte foi de longa espera, cheguei cedo à secretaria e esperei por longas horas até que o responsável me chamasse e conversasse comigo por menos de dez minutos. Grosseiramente perguntou de onde eu o conhecia, de onde conhecia a filha dele e o que eu queria fazer *lá dentro*. Quando respondi que se tratava de uma pesquisa de mestrado em sociologia, o coronel deu um sorriso com o canto da boca, suspirou fundo quase rindo e carimbou violentamente a solicitação, seguido de um “-*Tá autorizada*”. A autorização já gasta e amassada, recebeu no verso algumas recomendações do mesmo e foi entregue ao agente. Agradei e ao cumprimentar o coronel, deixei cair um papel e ao apanhar, acabei fazendo com que ele ficasse com a mão estendida no ar. Impaciente e ficando vermelho, ele esperou que eu apertasse a mão dele e se despediu apenas com um bom dia. Mas eu já havia passado uma barreira e corri de encontro ao agente para saber dos procedimentos. Me inquietava saber apenas que talvez o mesmo coronel se interesse pouco por este trabalho e talvez nunca venha a lê-lo na íntegra.

A secretaria de ressocialização conta com um corpo relativamente pequeno de agentes em função administrativa. Os que lá trabalham usam coletes pretos e carregam em seus pescoços distintivos brilhantes e de aparência pesada. Os olhares transmitem esse peso também. Me senti vigiada em todas as instâncias, a vigilância conseguiu me incomodar de uma maneira tão constrangedora que quando me dei conta estava praticamente encolhida em um sofá enquanto aguardava o coronel. Eram olhares maliciosos, comentários que eu não conseguia decifrar, mas que podia ter certeza que eram sobre mim. A única pessoa que parecia me ignorar era uma reeducanda concessionada em regime semiaberto que desenvolvia função administrativa dentro da SERES, talvez por estar acostumada, ou como citei mais acima, na mesma situação que eu: disposta a um conjunto de olhares, éramos estranhas e *outsiders* dentro daquele contexto.

Antes mesmo de iniciar o trabalho de campo, a disciplina e os mecanismos de poder já se faziam bem marcantes. Pude então, associar a própria SERES a uma instituição panóptica. Segundo Foucault (2014), essas instituições seriam lugares onde não se é necessário recorrer a uma força. A sujeição dos “condenados” nasce mecanicamente de uma relação invisível. De maneira que quem se encontra em um campo de visibilidade, se vê obrigado a obedecer, assegurando, dessa maneira, o funcionamento automático do poder. O panóptico, é assim também, um laboratório do poder, que graças ao seu mecanismo de poder, possui a capacidade de penetrar no comportamento dos

homens, permitindo que se intervenha, como e onde quiser, em cada uma das individualidades da coleção. O aparelho é controlado e por mais fechado que pareça, acessível. O panoptismo é também um princípio geral de uma nova anatomia, onde o principal objetivo e o fim não são apenas a relação de soberania, mas as relações de disciplina.

A primeira ida à Colônia Penal aconteceu na semana seguinte da autorização dada pelo coronel. Nesse primeiro momento, pude resolver questões burocráticas, tais como dias de ida, pessoas responsáveis por me acompanhar, etc. Perdi as contas de quantas vezes tive que reapresentar o projeto para a equipe de assistentes sociais, das horas que tive que esperar a cada visita e de todo o estranhamento e descaso de alguns funcionários para com meu trabalho. Como já conhecia o campo de outras ocasiões, algumas coisas não me surpreendiam, porém outras me pareceram muito novas. O campo sombrio da pesquisa em prisão, nos proporciona reflexões muito profundas.

Marquei minha ida, desta vez oficial, à CPFR. Ciente do procedimento de entrada cheguei cedo. Havia várias mulheres sentadas na entrada, carregavam consigo grandes bolsas. Sentei-me junto a elas enquanto esperava ser atendida depois de tocar o interfone e me apresentar como a menina da pesquisa. Estavam ali para levar roupas e materiais de higiene para suas irmãs, filhas, sobrinhas e conhecidas. Quem fosse presa, deveria esperar dez dias para receber visitas. Enquanto isso ficavam na cela de espera. De todas as vezes que fui ao campo, era confundida com visita e não desmentia a informação até que fosse perguntada. Uma das mulheres sentadas estava ali para buscar alguns documentos. Havia sido solta a pouco tempo. Me pediu para ajustar a configuração do seu celular. Era novo e ela não sabia mexer. A porta da recepção se abriu de repente e uma interna saiu algemada muito possivelmente para audiência. A emoção toma conta das duas. Não podem se abraçar, se elogiam, uma promete visita, pergunta pelas outras e por último uma diz que a outra está linda. Quando a viatura sai ela se volta para mim e diz que aquela era uma amiga sua e que ia providenciar os papeis para fazer visita a ela, porque ela era sozinha. Perguntei: “*Ninguém vem visitar ela?* ”. Recebi um não. Nem marido, nem filho. Nem mesmo a mãe. *Estava abandonada.*

A hora estava passando, e já fazia uma hora e meia que eu esperava para entrar. Ninguém lembrava que eu havia marcado uma ida nesse dia. A pessoa que marcou faltou, a outra não trabalhava mais lá. Estava praticamente ciente de que voltaria para casa sem

nada naquele dia. A mulher que estava do meu lado começou a falar do quanto a cadeia estava lotada. “-*Umás 900, cabe ninguém mais aí não*”. Daí em diante essa mulher, que acabara de sair da CPFR começou a dar informações recentes do cotidiano interno sem que eu perguntasse. As outras que estavam perto a ignoravam, pareciam saber daquilo tudo. Relembrar da rotina, fazia com que elas associassem ao que suas parentes estavam vivenciando ali dentro. Aquela mulher que tinha seus trinta e poucos anos havia sido presa na “Operação conselheiro¹⁶”, foram sete mulheres presas juntas, nem todas conhecidas, só uma morava perto dela. Se escondeu, mas foi pega e não entregou ninguém. Agora estava buscando os documentos para dar entrada no pecúlio, que é o processo para receber o dinheiro de parte do salário que recebia enquanto trabalhava.

A mulher foi traçando um resumo do cotidiano, estava agoniada olhando para o portão para ver se o ASP responsável estava vindo. Falou que o psicossocial arruma xampu, roupa e perfume. Fez cara feia quando eu perguntei sobre as deficiências no apoio à mulher presa. Nas palavras dela, não falta nada não porque todas se ajudam. Pergunto dos seus relacionamentos e ela me diz que a única vez que se relacionou foi quando saiu de *jet*¹⁷, conheceu um homem casado que ia visitá-la ainda presa. No entanto, disse que não era visita íntima, pois ele tinha que comprovar vínculo afetivo e nada poderia provar isso. “-*Esperei sair pra gente poder ficar juntos. Mas ele vinha me ver, trouxe até meu filho aqui algumas vezes*”. Enquanto conversava com ela e lembrando da trajetória de todas as internas com a qual havia tido contato em outras oportunidades, comecei a lembrar do que Karina Biondi (2009) denominou de *caminhada*. Quando a autora disse sentir-se à vontade para chamar de presos, prisioneiros e irmãos as pessoas que pesquisava, deixou claro que essa escolha foi essencial para mostrar que essa gama de conceitos não reduz-se simplesmente a semelhanças, mas também a identidades que compartilham da mesma *caminhada*.

A *caminhada* que Biondi assim denominou se assemelhava em alguns pontos com a que eu percebia durante as idas ao campo. Se *caminhada* pressupõe algo que se faz junto e se compartilha e que ao mesmo tempo se faz sozinho pois os objetivos são diferentes era isso que era possível perceber no portão do Bom Pastor. A moça que eu

¹⁶ Na ocasião, a operação desarticulou uma quadrilha responsável por tráficos e homicídios. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/interior/agreste/noticia/2012/11/14/operacao-conselheiro-prende-suspeitos-de-trafico-e-homicidios-em-joao-alfredo-380775.php>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017

¹⁷Jet se refere a uma condicional, onde as presas podem passar alguns dias em casa.

conversava estava trilhando o caminho de retorno às suas atividades normais depois de um tempo presa, eu estava ali pesquisando, a outra estava esperando a liberação para levar pertences a uma parente presa. Compartilhamos do mesmo trajeto até certo ponto e depois temos que seguir sozinhas. “O alcance e a densidade dessa caminhada variam conforme as experiências vivenciadas por eles e a forma pela qual tecem suas relações, constroem sua reputação, traçam suas estratégias” (BIONDI,2009, p.18). Cada *caminhada* era única.

Diversos trabalhos priorizam a pobreza, a violência, e a vulnerabilidade, mas a pesquisa em prisão toma todos esses num conjunto maior e o condensa num ambiente fechado, repleto de privações e de situações que estão perto e ao mesmo tempo tão longe de nós. Reitero essas características do campo de pesquisa que pude encontrar no ano de 2016 na Colônia Penal Feminina do Recife, pois a cada dia que eu me deslocava para realizar uma entrevista, o campo parecia outro: eram outras pessoas, outro clima. A exceção de algumas internas que já me conheciam, o corpo de agentes muitas vezes mudava, a agitação no presídio, problemas de comportamento e rearrumação dos móveis. No meio de todo aquele complexo, estava eu sentada no birô de uma das agentes, com meu caderno, tentando prestar atenção nas falas das internas, nas luzes, nos sons e em mim, desacreditada.

A partir da lista de casais que possuem visita regulamentada, escolhi aleatoriamente uma interna que se relacionava com sua companheira também presa. Quem ficou responsável por ir buscar as internas para as entrevistas foi uma concessionada, que dizia conhecer todas as outras muito bem. Essa concessionada tinha certa confiança dispensada pelas agentes penitenciárias e as psicólogas. A única coisa que a ela não era permitido era acessar o computador e o telefone, de resto, poderia revirar as pastas, ir livremente à direção e transitar por todos os espaços da CPFR. Não se mencionava o nome dela, apenas davam-se ordens e ela obedecia. Observei-a em meio ao burburinho das agentes: aparentava uns 25 anos, loira, vários brincos na orelha, calça *leggin* colorida e farda da concessão. Os olhos ligeiros percorrem-me do pé à cabeça e um sorriso tímido me foi dado. As unhas bem pintadas se ocupavam cuidadosamente de retirar os grampos de uma ficha. Me veio na mente o que Goffman tão bem descreveu como mortificação do *eu*. A “deformação pessoal” da qual o autor fala, parecia encontrar naquela mulher uma barreira, principalmente porque “na admissão, a perda do equipamento de identidade pode impedir que o indivíduo apresente aos outros, sua imagem usual de si mesmo” (GOFFMAN,1961, p.29-30). As unhas bem pintadas, a roupa

limpa e o cheiro de cigarro deixavam claro que havia uma resistência aos moldes da instituição por parte daquela mulher, que apesar de apresentar um comportamento humilhante perante os dirigentes, conseguia se impor, usando como artifício a confiança conquistada.

Em certo momento a conversa entre eu e ela já fluía e não tinha mais intervenção das agentes. Trouxe-me a lista e perguntou o que eu queria, referindo-se ao perfil das mulheres que eu desejava. Disse a ela de início que qualquer uma e aleatoriamente aponte com o dedo um casal de mulheres. A lista era escrita à mão e estava rasurada, o que me pareceu que não havia uma lista definitiva de todo: havia numerais ordinais rabiscados e nomes trocados, fazendo da lista um belo papel de rascunho que poderia perder-se em meio aos outros. Após “escolher” qual mulher viria, minha ajudante pediu que eu esperasse e ficasse à vontade. Enquanto saía da sala teve que atender às solicitações de duas agentes para tarefas como pegar água e apanhar uma folha caída. Depois de um palavrão mental pensei “-*Ela não poderia pegar a folha que estava do lado dela? Tinha que pedir!*”. Antes de sair pediu licença, até fechar a porta cuidadosamente após um “-*Cuidado para não bater a porta*”.

O tempo todo Hoffman me vinha à cabeça. Até hoje me pergunto se a equipe dirigente me olhava meio de lado por achar que eu vivia num mundo paralelo. Assim que minha ajudante saiu da sala, após um longo percurso de “*licenças*” e de pequenas tarefas dispensáveis, comecei a escrever o quanto isso se assemelhava ao curvar-se para ser açoitado que Goffman fala:

Assim como o indivíduo pode ser obrigado a manter o corpo em posição humilhante, pode ser obrigado a dar respostas verbais também humilhantes. Um aspecto importante disso, é o padrão de deferência obrigatória das instituições totais. Muitas vezes os internados são obrigados a, em sua interação social com a equipe diretora, apresentar atos verbais de deferência. (GOFFMAN, 1961, p.30)

A ação regulatória dessas atividades está justamente em ser incompatível com a concepção que o internado tem do seu *eu*. É nesse corpo, palco para a atuação do instrumento de disciplina que essa regulação age. Embora não estivesse despida das suas características mais simbólicas, como o cabelo tingido e a roupa colorida, seu corpo estava nu de si mesmo, desprotegido, um campo aberto, exposto e vulnerável. Muito embora soubesse que aquele espaço estava nos moldes de um *panóptico*, duvidava às vezes se em algum momento o vigia não estava na torre, na minha concepção, ele nunca saía de lá.

3.1. “Mulher sabe o que mulher gosta”

Alguns minutos depois minha ajudante entrava na sala sorrindo acompanhada da minha primeira entrevistada. Rosa¹⁸, fica em pé atrás da mesa em que estou sentada, e com um sorriso tímido, se encosta nela. Na cadeira repousa um colete do sistema penitenciário, Rosa bate nele sem querer e é repreendida. Eu dou um sorriso e faço um sinal de aceno com a mão, sendo respondida com um *oi*. Convido Rosa pra sentar e sua mão novamente esbarra no colete, ela é repreendida pela minha ajudante rispidamente: “- *Eeei! Ai não, senta na outra!* ” Rosa diz que fui eu quem mandei ela sentar lá e pede desculpas, me olha como se já me conhecesse e senta em uma cadeira menor e mais desconfortável, suspira e olha ao redor, aperta as mãos e me espera. Começo falando para ela quem eu sou e o que eu estou fazendo ali. No meio da palavra “pesquisa” ela me para e diz: “-*Ah! Tem muita gente que vem aqui pra fazer pesquisa, mas nunca vi ninguém querer conversar do meu relacionamento não, mas eu não tenho vergonha, pode perguntar*”. Depois que eu digo que ela pode desistir a qualquer momento da conversa e voltar, ela faz com a cabeça que não fará isso: “-*E gosto, pelo menos eu saio um pouco de lá*”.

Rosa disse ter 32 anos, está ali há 1 ano e oito meses sendo condenada por 5 anos, por ter sido pega numa escuta telefônica que envolvia a cunhada e o marido. Apertava as mãos constantemente, tinha a postura curvada e o tempo todo olhava para as agentes penitenciárias. Começo perguntando como ela veio parar na CPFR. Rosa ri e novamente suspira, me olha como se já estivesse cansada de repetir aquela história. O enredo me vem moldado, pronto para ser contado. Rosa começa dizendo que veio parar na Colônia com sua primeira queda¹⁹ por causa de uma escuta telefônica que acabou envolvendo-a no tráfico de drogas. Caiu com uma cunhada, foram presas no mesmo dia. Me diz que não tinha nada a ver com isso, que foi sentenciada por engano e que agora está ali pagando o preço. A conversa flui tranquilamente, consigo rir com ela dos episódios que me conta. Conto alguns meus também, nos olhamos. Rosa não está tão distante de mim apenas

¹⁸Optarei por dar nomes fictícios às entrevistadas para preservar suas identidades.

¹⁹Queda refere-se ao cair na cadeia.

fisicamente: Rosa poderia ser eu e eu ela, descobrimos que sabemos fazer unha e que de vez em quando precisamos apelar para o nosso singelo dom para levantar algum dinheiro. Ela me olha e diz: “-*Sério que tu sabe fazer unha? Quanto é que tá a unha lá fora?* ”. Rosa parece serena, calma, seus olhos se perdem em mim e no ambiente, procurei chamá-la de volta para a conversa diversas vezes. Me respondia atenta, como se levasse um choque e se desculpava: “-*Desculpa, visse? É muito castelo²⁰ na minha cabeça*”.

Rosa me percebe como autoridade, direciona a mim todo o conjunto de símbolos que direciona às agentes. Percebo as constantes desculpas, a postura corporal submissa, curvada. Numa instituição total, “cada especificação, tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente (...) Violenta-se a autonomia do ato”. (GOFFMAN, 1961, p.42). Ela sabia como deveria se comportar diante das autoridades, inclusive da minha. No entanto, resumia todos os seus atos a um simples baixar de cabeça ou um sorriso de satisfação. O peso em realizar a pesquisa nesse contexto, mais especificamente, vinha daí: no meu entendimento não havia ninguém bom ali, estavam todos cumprindo processos técnicos, pouco importava a situação de quem estivesse preso. Olhei ao redor e vi uma série de *banners* falando sobre um projeto que daria assistência no parto para presidiárias. Muitas fotos de uma doula aparentemente feliz, mães forçando sorriso, bolas novas de *pilates* sendo usadas por elas e bebês saudáveis e bem vestidos. Nesse meio tempo, uma agente entra na sala reclamando:

Tem um bebê com febre ali, tá mais de 39 graus e a mãe tá desesperada querendo remédio. Não tem nem dipirona infantil aqui e a família só pode entrar no sábado pra trazer. Falta muito tempo ainda e eu não quero nem saber! Vou autorizar a vinda da família com o remédio antes, se fosse minha filha eu também tava doidinha, você tem que entender minha gente!” (Agente)

Em fração de segundos devolvo o olhar para Rosa. Continuamos. Rosa não olha meu caderno, mas parece seguir fielmente o roteiro de perguntas. Começa me falando do marido que a abandonou. Marco continuou visitando Rosa mesmo depois de presa, ia aos domingos com o filho pequeno deles.

No começo era maravilha, Marco trazia meu filho no domingo, eu alugava colchão pra ele dormir ali no pátio, e ficava alisando o rosto dele direto pra ele não esquecer de mim nunca. Ele sempre me perguntava porque eu não voltava pra casa, e eu dizia que aqui era meu trabalho, que eu precisava ganhar dinheiro pra comprar as coisas pra ele (Rosa)

Rosa continua me falando que queria muito a prisão domiciliar para poder estar em casa

²⁰Castelo: problema.

cuidando do filho. Enche os olhos de lágrimas quando fala dele e diz que uma das coisas que a faz ter forças para não entrar em pânico dentro do presídio é pensar nele. Rosa agora é costureira em uma das empresas instaladas dentro da CPFRR e recebe um valor por mês, em que parte fica com ela e parte vai para uma conta. *“Esse dinheiro que eu pego eu vou juntando. Meu filho faz ano esse mês e vou dar um tablet a ele. É um sofrimento muito grande ficar longe dele, sem ver o rostinho, sem ver ele fazer as letras na escola...”* (Rosa).

Minha entrevistada puxa a cadeira mais para a frente e me encara como se fosse contar algo que não gostaria de lembrar. Começa dizendo que morava em um apartamento bacana com Marco. Casou com ele e disse que era muito feliz; saíam juntos, bebiam *“-A gente era até um casal bonito”*. Mas com o passar do tempo Marco foi mudando. Certo dia deixou ela trancada em casa e saiu. Quando acordou, Rosa percebeu que estava presa e começou a gritar por ajuda, conseguiu sair só depois que pulou a janela. Encontrou o marido em um bar com outra mulher e saiu em disparada: *“-Pra mim tu não paga Coca né Marco?”*. Marco estava sentado na mesa com outra mulher, muito possivelmente a traindo.

Nunca vi ele tão furioso, pegou meu braço bem forte e mandou eu levantar. Eu disse a ele que não ia sair de jeito nenhum e ele foi apertando mais. Me levantei e disse a ele que só ia embora se ele fosse também. Quando a gente chegou em casa foi a briga. Marco pegou um banco de madeira, daquelas madeiras boas, sabe? Jogou em mim. Fiquei zonha e quase desmaiei. Foi quando liguei pra minha tia e ela veio me socorrer. Nesse dia eu fui embora, mas voltei por causa do meu filho. Eu não queria que ele crescesse no meio dessa confusão toda, se bem que hoje tá bem pior. (Rosa)

Sua tia parece ser a mulher que sai em sua defesa em qualquer hora. É uma das únicas a vir lhe visitar. Assim que foi presa, Rosa disse que a tia veio logo trazer roupa, desodorante, sabonete e absorvente. A tia me pareceu também uma espécie de conselheira e confidente. Rosa diz ter imensa gratidão por ela e que espera poder recompensá-la assim que sair.

O marido por sua vez, começou a visitá-la normalmente. Ia com o filho, passava pouco tempo, mas sempre voltava. Rosa, que no ano presente da pesquisa estava escrita na lista de visita íntima do mês de abril, marcava visitas íntimas com ele na esperança de salvar o relacionamento. Como solicitados pela direção, ambos fizeram os exames preventivos de HIV e sífilis. Rosa esperou pelo primeiro encontro mas relatou não estar ansiosa. Levantou cedo para arrumar o quarto em que os encontros acontecem. Me disse que elas têm que levar tudo para lá. O lugar possui uma cama de casal, mesa com cadeiras,

uma TV pequena e um som.

Eu arrumei tudo no dia. Me arrumei também. Queria continuar tentando uma vida com ele e achava que seria difícil ele ficar sem mulher. É como tu sabe, a gente que é mulher aguenta mais tempo sem fazer sexo, mas homem não (Rosa).

Ela diz, no entanto, que o marido estava estranho, grande parte dos encontros ficaram sentados na cama sem sequer se tocarem. De todas as vezes que Rosa marcou visita, em apenas uma houve relação sexual.

Ele parecia um bicho, nem me tocou nem nada. Foi logo tirando tudo e caindo em cima de mim. Eu tentei pensar que era porque fazia muito tempo que ele não metia com ninguém e me senti culpada. Deixei, fiquei quieta, não quis reclamar, na minha cabeça tava fazendo meu papel de mulher. Quando ele terminou, virou de lado, mas pra mim nem tinha começado ainda (ROSA).

Rosa passou a mão atrás do pescoço e em seguida esfregou os olhos. Parecia cansada de falar de Marco. Mas continuou me dizendo como se me contasse um grande acontecimento. Certa vez sua tia foi visitá-la e disse que seu marido estava com outra mulher, na casa que era deles, junto com o filho. Desse dia em diante, ela resolveu que não iria querer continuar o relacionamento com ele, pedindo apenas que ele, como representante legal do filho, pudesse levá-lo até ela nos dias de visita. Segundo ela, o marido não se abalou e concordou sem hesitar. Não questionou nem o fim do relacionamento, porém, exige dinheiro para que possa levar o filho dela. Rosa tem que pagar para poder ver o filho pequeno, enquanto o ex-marido usufrui de sua casa e de seus móveis, junto com outra mulher.

Rosa não me pareceu indignada com as exigências do marido. Não tinha o que fazer mesmo. A tia não poderia pegar o menino pois o pai não deixava. Tinha que se virar para poder ganhar algum dinheiro com as costuras e sendo manicure nos tempos livres. Relata com pesar uma rebelião que acabou por destruir o salão de beleza que existia dentro do presídio. “-*Eu escovava cabelo, fazia unha, pintava, alisava, depilava (...) dava muito dinheiro por que as meninas querem ficar bonitas na visita. Eu me fazia mesmo*”. Agora, Rosa dá parte do dinheiro para o marido e pede que a tia gerencie os presentes, pois tem medo que o pai não cumpra o desejo dela de dar as coisas para o menino. Rosa enche os olhos d’água e desaba na minha frente. Aperta os olhos com força sem fazer barulho. As lágrimas escorrem em grande volume pelo rosto, ela tenta em vão enxugar as que vão descendo pelo pescoço e me pede desculpas. Penso eu: “-*Desculpas?* ” E quem desabou fui eu. Nunca me senti tão invasora e transgressora de alguém, nem em outras

oportunidades de pesquisa em presídio me senti tão fraca. Segurei as lágrimas que insistiam em descer e me controlei. Apertei a mão de Rosa e perguntei se ela continuaria. Em gesto afirmativo levantou a cabeça, olhei ao redor e nem água a ela eu poderia oferecer, além de tenso isso era triste, muito triste.

Minha entrevistada me conta que por um ano inteiro tentou a reconciliação com o marido, mas o episódio da traição fez com que ela desistisse de tudo. Algumas vezes, ele deixou de levar o menino para que ela pudesse ver e em dias que não recebia visita ia sempre conversar com as visitas das colegas de cela para não se sentir só. Assim que conseguiu dormir em uma cama com colchão, teve que dividir com outra mulher. “-Era o jeito! Minha cela é bem organizada e não muito cheia, são 7 pra 4, dois beliches”. Rosa remete a organização da cela à sua gestão como representante dela. Cada representante de cela tem a obrigação de manter a ordem na cela, intervir junto às outras em caso de brigas e desentendimentos e responder junto à direção quando solicitadas. Mesmo agora como representante, divide a cama com outra mulher, Rita.

Rosa conheceu Rita assim que se mudou para a cela nova. Já conhecia ela de vista, quando nos dias solitários de visita, Rita a convidava a juntar-se com seus familiares. Rosa já era quase da família, conhecia todo mundo e era muito querida pelos familiares da até então, sua colega de cela. Ficaram amigas e começaram a dividir a cama. Certo dia, Rita deu um beijo nela de repente.

Eu nem tava esperando, a gente dividia a cama e um dia ela me deu um beijo. Eu fiquei sem reação, morrendo de vergonha. Nunca tinha ficado com mulher. Mas aí eu fui deixando, as coisas foram fluindo, hoje a gente namora sério.
(Rosa)

Rita tinha outra mulher dentro do Bom Pastor, mas terminou o relacionamento e “assumiu” Rosa. Minha entrevistada, depois de narrar essa parte da sua história, me perguntou se eu tinha algum problema com isso, referindo-se a preconceito. Depois da minha negativa, ela continuou dizendo que ainda tinha muita vergonha de dar beijos na sua companheira, de andar de mãos dadas e de abraçar ela no pátio. Me descreve sua namorada como uma jovem de 25 anos “marrenta” e chata. De cabelo curtinho, veste roupas masculinas, usa top para esconder os seios e anda de cara fechada. Não houve pedido de namoro, apenas um beijo selou a relação. A companheira de Rosa, é uma das que são chamadas pelos agentes de *meninhos ou homenzinhos da Colônia*. Não foi sentenciada ainda, espera julgamento. Enquanto isso, trabalha como costureira em outra

empresa que funciona lá dentro.

O dinheiro dela é todo na minha mão, ela se dedica muito a mim, confia até a alma. Me trata tão bem! Quando a gente tá na cela ela me dá beijo, me alisa, traz lanche. O problema é que eu sou de gêmeos e não sou muito chicletinho(Rosa).

Rosa me diz que empreender um relacionamento homo afetivo dentro da CPFR não é um desafio. Me disse ainda que não há preconceito por parte dos agentes penitenciários nem das outras internas. Segundo ela, qualquer casal pode tranquilamente assumir seu relacionamento sem maiores problemas. No dia em que realizei a entrevista, ela me disse que estava muito ansiosa, pois seria seu primeiro encontro conjugal junto com sua companheira. Estavam prestes a fazer aniversário de namoro e iriam comemorar no dia da visita íntima. Ela disse estar arrumando tudo para o quarto; preparou uma colcha para forrar a cama, um lençol de “se cobrir”, fronhas, uma cortina para o banheiro, uma cortina para a janela, além de dois paninhos para cobrir a TV e a mesa. O encontro começaria bem cedo, às 8 horas da manhã. Me disse que na semana corrente daria um jeito de comprar o almoço para as duas. Não desejava sair do quarto no dia da visita, pois, era a única oportunidade de ficarem a sós, longe das vistas das colegas de cela e das agentes penitenciárias. Apesar de estarem juntas o tempo todo, dividirem a mesma cama, passar um dia inteiro sozinhas seria uma experiência nova.

Quando se propôs a conversar comigo a respeito do seu relacionamento com sua companheira, Rosa aparentava estar travada, sorria de canto, parecia ter vergonha de assumir que se relacionava com outra mulher. Me disse que nunca tinha feito aquilo antes, que era tudo novo para ela, mas que estava feliz. Preocupava-se apenas com a refeição que fariam no dia e estava também abusada, pois sua companheira não queria resolver nada. Rosa teria que limpar o quarto, lavar, arrumar a cama e deixar tudo pronto. “-Ela disse que não ia fazer nada, ia só esperar o dia. É foda porque eu tenho que fazer tudo sozinha porque ela diz que homem não se preocupa com essas coisas”. Me apresso em anotar aquele dado e minha entrevistada me pergunta se eu sei como é. Depois da minha afirmativa que sim, ela começa a falar de mim e por alguns minutos interrompe a fala. Parece incomodada com o fato de não estar havendo uma troca justa de informações. Por mais que eu tenha deixado o espaço muito aberto para que ela pudesse questionar a qualquer momento a minha vida, a impressão que tive foi a de que apenas naquele momento isso a incomodou. Começamos a falar de mim. Fomos desde onde eu morava até se era casada ou não. Quando me dei conta, havia contado metade da minha vida pra

Rosa. Me apressei em voltar novamente para o foco da nossa conversa, quando ela solta “-Bora voltar pra onde a gente parou”, e sorriu.

Decidi tirar a tensão da conversa, toda vez que mencionava a relação sexual em si. Ela se envergonhava ainda, parecia não entender muito bem o que acontecia, mas estava feliz e satisfeita. Comecei perguntando o que ela levaria para o almoço no encontro. Olhou-me sorrindo e começou a dizer que levaria lasanha. Dentro da Colônia Penal existe uma cantina organizada pelas internas, lá vendia bolo, coxinha, pastel, biscoito e refrigerante. “-Bolo só no sábado, bolo e torta”. A lasanha era o prato mais caro na cantina, custava cerca de 20 reais, mas seria a refeição do dia de visita. O preço da lasanha era exatamente o valor ganho por ela como manicure. O movimento estava fraco, mas mesmo assim ela sacrificaria seus 20 reais. O momento valia muito mais. Conversamos do preço da lasanha do lado de fora também, quase o mesmo preço por sinal. Rosa buscava a referência externa o tempo todo, buscava tirar de mim as novidades do mundo lá fora, se perdia falando dos sabores de torta, e eu também. Por um momento paramos e ela arregaçou as mangas da camisa em que se lia “Rochelle têxtil”. Ela estava prestes a entrar no assunto que insistia em fugir.

Quando perguntada a respeito de como elas conseguiam manter relações sexuais dentro da Colônia, ela sem demorar me respondeu:

Dá pra fazer na cela mesmo, fico caladinha e ela faz tudo. Eu não preciso fazer nada. Depois da contagem, batem a tranca²¹ e a gente puxa a cortina do beliche. Eu tiro a roupa e ela que faz tudo. Não deixa eu tocar nela! Ela nem tira a roupa, tem vergonha. Fui pegar lá, sabe? Ela ficou com raiva. Parei. Eu deito e ela faz tudo (Rosa).

Foi assim que Rosa me resumiu as relações sexuais que mantinha com a companheira. Me contou que a instituição não proíbe, que isso é muito normal, que esse negócio de *fazer sabão é normal aqui*. Me disse ainda que quase todas as mulheres possuem relações homossexuais lá, muito embora ela não se considere como tal. Rosa me diz que gosta de homem, mas tem sido feliz e recebido muita atenção de Rita. Me conta que teve mais carinho, muita atenção, coisa que Marco não dava. Olhou para mim e sorriu, dizendo que mulher sabe o que mulher gosta. Não perdeu a oportunidade de me perguntar da minha vida sexual também, percorre minhas mãos com os olhos e me pergunta da aliança. Respondo que não tenho aliança, que não me importava com essas coisas, nem meu

²¹ A *tranca* é o nome dado ao ferrolho das celas, “batidos” ao serem fechados.

companheiro. Ela ri novamente e diz: “-*Que conversa. Toda mulher quer aliança*”. Quando eu perguntei se ela queria ela disse que sim, que estava esperando. Mas que recebe outras provas de amor de Rita. Havia ganhado uma televisão dela, todo o dinheiro era para ela. A única televisão da cela era dela “-*Vê que moral da porra?*”.

Moral. Era isso que ela recebia da companheira. Rita colocava Rosa em um pedestal, comprava tudo, fazia de tudo para agradar, prometia que casariam assim que a liberdade cantasse. Chamava de meu amor, minha vida. Gritava nos corredores que a amava e que ela era a mulher da vida dela. Ela por sua vez, me disse ficar sem jeito diante de tanta atenção e carinho. Acostumada com as atrocidades do marido, resistia em acreditar que alguém se importava com ela de verdade.

Amor pra mim é compreensão, é tratar bem, não humilhar, é tanta coisa. Eu gosto dela e pra mim isso é o que importa, sabe? Queria poder agradar ela também, mas eu ainda não me sinto à vontade. É culpa dos signos, mulé!
(Rosa).

Quando soube que eu era geminiana também, Rosa disse que eu entenderia o que ela passava. Foi quando eu disse a ela que o que ela passava era muito maior do que isso. Logo em seguida ela pediu para levantar e ir embora, perguntando se eu estava satisfeita. “-*Pode me chamar de novo se precisar*”. Rosa precisava voltar para o serviço, pois a máquina de costura dela havia ficado sozinha e estava no final do expediente. Apertamos as mãos e ela saiu. A agente penitenciária veio ao meu encontro e perguntou se eu queria mais uma. Neguei e disse que voltaria outro dia. Estava satisfeita.

3.2. Dos sentimentos às obrigações femininas

Quando marquei minha segunda ida com fins de entrevista à CPFR cheguei um pouco mais tarde do que havia combinado. Refiz o ritual de tocar o interfone, esperar a resposta, me apresentar, entregar a autorização e esperar. Do lado de fora um rapaz que aparentava ter a minha idade estava encostado no portão e chorava. Tinha nas mãos um papel amassado e cada pessoa que passava o portão ele tentava conseguir uma informação. No tempo que fiquei ali descobri que ele estava procurando a mãe que havia sido presa três dias atrás em outra cidade. Estava percorrendo delegacias e hospitais e havia parado ali na esperança de encontrá-la. Lembrei do filho de Rosa: aquele rapaz tinha um olhar desesperado e estava tão desprotegido quanto uma criança. Ninguém lhe dava informações precisas, ninguém sabia quem era sua mãe. Em determinado momento um homem pegou o papel com o nome da mãe dele e pediu que esperasse dizendo que ia verificar se ela estava lá dentro.

Sentei-me ao lado do portão em um batente para esperar. Começava a chover não havia onde se abrigar da chuva. Do meu lado sentou uma moça e começou a puxar conversa. “-*Viesse buscar teu pecúlio foi?* ”. Expliquei a ela que não era ex-presa, que estava ali para fazer pesquisa. Ela se interessou pelo tema e começou a falar da vida dela. Estava solta a pouco mais de um mês. Tinha cumprido pena por tráfico, a esposa, como ela mesma denominou, estava presa. Me disse estar confiante no futuro, que estava vendendo água nos sinais para juntar dinheiro pois queria se casar. “-*A senhora faz sabão não né?*”. Rimos. Ela é a segunda pessoa que me diz que dentro da CPFR grande parte das mulheres fazem *sabão*. “-*Umas porque gosta mesmo, é safadeza. Outras porque se sente sozinha, às vezes nem sabe do gosto de uma mulher aí vai e fica*”. Ela era um dos *menininhos*, e casou lá dentro. O rosto marcado denunciava as agruras da vida que teve que suportar, as mãos trêmulas, o rosto magro e o semblante assustado, confundiam-se com o rosto de uma menina que deveria ter minha idade. Fomos interrompidas com o barulho do portão de ferro, que anunciava a saída de alguém.

Duas concessionadas saíram pelo portão principal. Acompanhadas de um ASP dirigiram-se até um caminhão estacionado e de lá começaram a tirar camas e cadeiras.

Logo em seguida mais duas. Uma com uma saia muito longa, que imaginei ser da Assembleia de Deus, tinha dificuldade em manejar a saia e o peso da cama. Nos levantamos para sair do caminho. Uma ASP, conhecida minha de outra oportunidade de campo se aproxima de mim ignorando a minha nova colega. Nos cumprimentamos, recebo elogios da ASP, convites para cerveja e toda disposição do mundo para a realização de uma entrevista gravada. Ao final da conversa ela olha de lado e fala com a moça: “- *Tais aí, é? Viesse fazer o que aqui, hein? Bateu saudade? Faça merda lá fora não que essa cadeia tá lotada, não cabe mais ninguém*”. A moça ri de canto, tenta explicar que veio resolver os assuntos referentes ao pecúlio, que mudou de vida, que vai casar e que está feliz. Tudo ignorado. A ASP vira de costas e me dá tchau, ao que retruca a outra: “- *Isso é o cão lá dentro. Tá vendo assim boazinha? Tu sabe de nada! Isso na revista toca o terror, todo mundo tem medo dela*”. O portão se abre novamente, sou chamada, minha colega fica.

Dessa vez minha revista foi mais demorada. Era o plantão de um grupo que não me conhecia, outra assistente social estava responsável pela coordenação no dia. Assim que me revistaram, coloquei como de costume, meu celular em uma das caixinhas com chave que ficam perto da portaria. Logo após minha entrada, a moça que estava esperando pelo pecúlio entrou também. Sorria, acenava para as outras. Procurava com os olhos pela companheira, imaginei. Não poderia vê-la, foi conduzida à sala em que resolveria suas pendências e só. Eu estava encostada na parede esperando que a agente que me acompanhava até a sala do psicossocial viesse, mas ela estava ocupada. Me autorizaram a ir sozinha, já que conhecia o caminho. No trajeto entre a portaria e a sala passei por várias concessionadas, umas cochichando segredos, outras lixando unhas, algumas sentadas fazendo nada. Algumas me sorriam, respondiam o boa tarde, outra passou a mão no meu cabelo, enquanto soltou um “-*É lindo.* ”.

Entrei na sala e recebi um unísono boa tarde das outras agentes. Minha ajudante parecia estar me esperando e foi logo trazendo a lista do mês corrente. Disse que havia outros casais marcados, e que já saberia até quem ia buscar. A assistente social tratou de vir até nós e perguntar o que eu fazia ali. Tive que reexplicar o processo, a pesquisa, enquanto ela de braços cruzados impaciente, pegou minha autorização e saiu. Senti naquele momento que minha estada ali estava mais frágil do que o papel que ela havia levado. Estava distraída olhando o estoque de fraldas que estava em cima do armário, a quantidade de pastas e de papeis acumulados, quando minha ajudante volta na sala e me

chama. A diretora do lugar gostaria de falar comigo para saber novamente da pesquisa. Em outra oportunidade muito antes do início da pesquisa, tive uma conversa com ela sobre o que eu queria pesquisar. Nesse dia, ela mastigava incessantemente uma barra de *Chokito* de boca aberta, lia a autorização, e falava de um trabalho seu que havia sido publicado sobre o Bom Pastor que eu deveria usar como referência. No final, me autorizou e voltei para a sala me sentindo a pessoa mais idiota do mundo, pois nada daquilo tinha sido necessário.

Depois de muita argumentação, outra mulher veio para que pudéssemos conversar. Vou chamá-la aqui no texto de Luciana. Mais velha do que Rosa, era manicure dentro da CPFRR, sua única profissão pois não havia vaga dentro das empresas de costura. Escondia o sorriso quando ria, notei mais tarde a falta de alguns dentes. Sentou-se na cadeira à minha frente e cruzou as pernas magras de um jeito que quase davam um nó. Na grande parte das entrevistas, tentava começar com um abraço, pois isso era costume meu, sendo uma forma de construir vínculos e mostrar segurança. Eu não fazia aquilo exclusivamente com elas, fazia na rua, na universidade, nos bares, ou em qualquer outro lugar. Ali, no entanto, aquilo não funcionava, as mulheres hesitavam, tinham medo do contato, de receber reclamação por parte do pessoal da segurança. De todas as vezes que tentei não consegui. Com Luciana não foi diferente, ela sentou na minha frente e como de costume falei o motivo de tê-la chamado para conversar. O simples ato de se disponibilizar para uma conversa, já era um grande incentivo para a entrevista. Todas elas exigiam muito de mim como pesquisadora, mas Luciana exigiu muito mais. Enfatizo o tempo todo aqui que quando me refiro a exigir, não digo de alguma forma que fosse uma exigência injusta a mim, muito pelo contrário. O exigir de mim estava calcado no fato de que eu mantivesse uma postura em campo sem me entregar ao que acontecia, sem que as histórias me fizessem mudar o rumo da entrevista, e por mais duro que pareça, que as lágrimas não diluíssem uma tarde inteira de conversa, essa conseguida depois de muita conversa e isso era muito triste.

O sol do final da tarde entrava pela janela anunciando o fim do expediente na CPFRR. Acima da minha cabeça havia uma placa escrito “o homem é maior que seu erro”. A sala do psicossocial passava bem a atmosfera acolhedora que pretendia, por mais que eu não conseguisse me sentir à vontade. Quando Luciana entrou na sala já passavam das dezesseis horas, eu estava apreensiva por causa da hora, pois em uma hora mais ou menos o expediente se encerrava. Começamos a conversar. Minha entrevistada estava detida a

três anos por tentativa de homicídio

Furei a bunda de uma nega na rua, ela veio tirar onda comigo e eu furei ela. Ela me roubou, mandou uns caras dar em mim. Foi uma furada com estilete, a delegada me prendeu por tentativa porque eu menti meu nome (Luciana)

As mãos repletas de anéis tinham unhas curtas e malcuidadas, apertavam-se, prendiam e soltavam o cabelo ralo de Luciana.

Luciana morava no Coque, bairro do Recife. Cresceu na favela junto com o pai, a mãe e as irmãs. Me contou que esperava o pai para apanhar sem motivo aparente. Todo dia era uma surra de fio de telefone que começava na esquina e terminava em casa. “-*Não tinha motivo não, era pau mesmo. Ele bebia demais*”. Saiu de casa aos 13 anos sem aguentar os abusos e foi morar na rua. Nesse meio tempo conheceu o crack, começou a beber. Vivia no Cais de Santa Rita, começou a se prostituir e conheceu o marido. Viciado em drogas, levou Luciana para morar no bairro dos Coelhos num barraco. Tiveram dois filhos, um menino e uma menina que Luciana não sabia mensurar quanto tempo não os via. Brigava muito com o marido por ciúmes, por falta de dinheiro, por drogas. Quando isso acontecia, saía de casa e voltava para rua.

Foi quando eu saí de casa uma vez que me meti em confusão. Tava com sono e pedi pra uma amiga olhar minha bolsa enquanto cochilava. Ela me roubou, levou meu dinheiro e minha bolsa. Depois encontrei com ela em Afogados e fui pra cima dela, furei ela na bunda, vê? Tô aqui por tentativa (Luciana).

Não havia tido julgamento ainda e ela já tinha cumprido três anos. Me contava da angústia de não receber nenhuma notícia mais animadora do setor judiciário. Diante da minha interrogação a respeito de ter procurado tal setor ela ri e diz que perdeu as contas. Ninguém sabe informar o que aconteceu com a situação dela. Muito pior do que estar ali é estar ali sem saber quando vai sair. “-*Bate uma tristeza! Tem hora que eu nem como nem saio da cela*”.

Pergunto dos filhos e Luciana para. Não pisca os olhos na minha frente e fica imóvel por alguns segundos. Suas lágrimas começam a cair e eu parei de escrever. Senti que toquei num ponto crítico da sua vida e me arrependi de tê-lo feito. Pensei comigo que estava ali para saber da dinâmica da visita íntima e não dos filhos. Grande vacilo, imaginei. As mãos trêmulas da minha entrevistada tentavam a todo custo enxugar as lágrimas, até que ela se curvou e encostou a testa nos joelhos. Pensei em levantar para abraçá-la, mas percebi que estavam todas as outras agentes me olhando, enquanto ignoravam a situação

de Luciana. Tentei sentada mesmo pegar sua mão e segurar como forma de consolo, em vão. Fazer com que ela levantasse a cabeça foi muito pior, quando me encarou chorou mais ainda. Resisti, tentei confortá-la, dizendo que isso ia se resolver, que ela era muito forte e que deveria resistir pelos filhos. Cerca de dez minutos foram suficientes para que ela se acalmasse até que voltássemos à conversa.

Luciana não via os filhos há muito tempo. Estavam com o pai, marido dela. Moravam ainda no mesmo barraco nos Coelhos. A última vez que os viu foi quando ele levou lá. *“-Só ele pode trazer porque é o pai. Aqui tem que comprovar isso. Mas também só tem ele mesmo, minha mãe é doida e tem problemas...”*. Os filhos dela eram moeda de troca assim como os de Rosa. Para poder vê-los, ela tinha que encontrar uma maneira de informar ao marido que tinha dinheiro para ele. Quando isso acontecia, os meninos iam. Me descreveu como sendo os dias mais felizes da sua vida. Saía mostrando eles às outras internas, abraçava, dava dinheiro a eles e prometia que logo sairia dali. Na última vez que os viu, no entanto, notou certa apatia da menina mais nova. *“-Ela ficou de longe, só me olhando. Fui abraçar e ela saiu. Fiquei pra morrer naquele dia, pensando que ela tá esquecendo meu rosto e foi horrível”*. O outro filho mais velho é quem conta as coisas, da escola, de casa e da igreja. Certa vez, contou a Luciana que a irmã estava simulando a venda de pedras de crack na frente do barraco deles.

Tudo isso porque ela vê o pai fazendo. Fiquei mais doida ainda porque eu conheço esse mundo de drogas. Fiquei com medo de fazerem algo com ela ou do conselho tutelar tomar ela de mim aí nunca mais eu ia ver ela (Luciana)

Do marido Luciana fala pouco. Além das brigas constantes que os dois tinham, me contou apenas que se conheceram se drogando na rua. Tinham em comum o vício e a profissão de traficante. Relata que apanhava dele quando ele bebia ou estava drogado e era aí que ela saía de casa. Mas todas as vezes ele ia buscar ela de volta, prometia que não faria mais aquilo e ela voltava. *“-Quando ele dava em mim eu só lembrava das surras que eu levava do meu pai. Mas diferente dele, meu marido me pedia desculpas, e por isso eu voltava”*. Da vez que foi presa ele demorou a ir lá, e enquanto estava na cela de espera até ser encaminhada para o convívio comum com as outras internas, contou com a ajuda de quem estava na espera também. Ganhou algumas roupas, sabonete e desodorante. Quase um mês depois o marido foi lá.

Luciana me descreve a experiência da espera como sofrida, mas também como interessante. Nesse tempo que passou lá, se relacionou com uma mulher, sendo que já

havia feito isso quando estava na rua. Disse, no entanto, que fez isso por que se sentiu sozinha, e precisava de conforto e de companhia. A experiência homossexual na rua também foi pela mesma causa, relatou. Quando indagada se no momento não estava se relacionando com alguém dentro da CPFR, se exaltou e disse que isso era coisa de Satanás. Luciana era evangélica agora, da Assembleia de Deus. Condenava qualquer prática homossexual, abominava tudo que se relacionasse a isso. Nesse momento, começou a proferir versículos e munida de um discurso pronto de igreja, tentou me converter. Aquela mulher, até então fragilizada há poucos minutos, se mostrava agora uma exímia pregadora. Para que a conversa não tomasse outro rumo, tive que afirmar que era evangélica e que leria o versículo recomendado.

Diante da afirmativa incisiva dela de que não se relacionava com outras mulheres, perguntei-lhe do marido. Luciana estava escrita na lista de vista íntima de junho, junto com ele. Por vezes, o marido fazia visita íntima a ela por mais que ela não fizesse questão. Fazia pelos filhos, mas sabia que ele deveria ter outra pessoa na rua. Deixou claro que não gostava mais dele e que fazia as obrigações de mulher. Que mesmo não sentindo mais nada por ele, era dever seu comparecer às obrigações femininas. Luciana me falava isso justamente com essas palavras, e a partir de agora, com um discurso extremamente religioso. A conversa veio acompanhada de muitos “*sangue de Cristo tem poder*”, “*Tá repreendido*”, “*Deus misericordioso*” e “*Aleluia*”. Para que a conversa não tomasse outro rumo, disse a ela que acreditava em tudo aquilo, ao passo que ela parou de insistir.

Depois de muito pedir ao marido que trouxesse seus filhos para que ela pudesse ver, Luciana diz que teve uma surpresa. Uma visita antes, o marido disse que tinha uma surpresa para ela, e que em breve traria. No encontro seguinte ele veio com alguns papéis e lhe entregou “*-Eram os exames pra poder fazer visita íntima, eu nem acreditei*”. Marcou visita, fez também os exames e esperou o dia ansiosa acreditando que seu casamento seria salvo, que seus filhos viriam com mais frequência e que tudo ficaria bem. Conseguiu algumas roupas mais novas, gastou dinheiro no salão, arrumou o cabelo e fez as próprias unhas. Estava tudo pronto para esperar o homem que ela não ousou citar o nome. Comprou ainda o almoço deles e arrumou o quarto, montou tudo para que o marido não a percebesse como *tirando cadeia*²². Luciana tinha que parecer bem, ou melhor que as mulheres da rua para que seu marido tivesse a atenção voltada somente para ela.

²²Tirar cadeia refere-se a cumprir pena.

Quando finalmente chegou o momento, Luciana disse que ele começou a xingá-la. Foi *ignorante e grosso*, pisou nela e a humilhou. Ela me conta que suportou aquilo achando que ele estava nervoso. Enquanto o encarava, me conta que ele sentou na cama e os dois não fizeram nada. Antes do horário previsto ele pediu para sair e foi embora. A visita se resumiu a xingamento e humilhação. Mas ela não desistiu e marcou novamente uma visita pois não poderia deixar de ver os filhos. Negociava com ele a possibilidade de transferir a guarda dos filhos deles para a mãe dela, mas isso nunca surtiu efeito. Estava presa ao marido por causa dos filhos. Se submetia aos xingamentos e a ignorância até em momentos mais íntimos por causa deles. Nos três anos em que está presa já teve várias suspeitas de gravidez. “-*Não dão comprimido e camisinha tem que vir de fora. Quando meu marido traz eles não deixam entrar pensando que é pra colocar celular dentro, aí eu não uso nada e sempre penso que é menino*”.

Da última vez que suspeitou de gravidez ela contou ao marido, das outras não. Disse que temia a reação dele e que ele usasse a criança como arma assim como faz com os outros. Luciana não tinha escolha, não tinha parentes que intercedessem ao seu favor, tinha apenas o marido fazendo chantagem e explorando ela. A história era pesada, e eu senti o peso também. Em certo momento ela começou a perguntar de mim, onde eu morava, se eu era casada, quanto ganhava. Pediu que eu repetisse meu nome diversas vezes para que ela pudesse colocar meu nome no caderno de oração quando tivesse culto. “-*Tá precisando que eu ore por você?* ”. Pedi que orasse para que eu terminasse o trabalho que estava muito difícil. Ao que ela me respondeu que para Deus nada é impossível e que eu acreditasse que terminaria. Luciana me pediu ainda que eu anotasse o nome dela completo:

Faz assim, Luciana e família. Bota na tua oração, pede a Deus que eu saia daqui logo pra cuidar dos meus meninos. Ou me arruma um advogado que um dia eu te pago. A gente pode se encontrar e eu te pago. Mas me ajuda a sair daqui por favor (Luciana)

Enquanto me pedia isso ela começou a chorar. Dessa vez mais intensamente, soluçava e não se preocupou em enxugar as lágrimas, se permitiu. Eu não, continuei olhando para ela. Nem tive a coragem de dizer que estava tudo bem porque não estava. Depois de se controlar, ela pediu para ir embora pois estava fazendo uma unha e a mulher estava esperando. Me agradeceu e saiu. Fiquei sentada na cadeira tentando anotar tudo que vinha à cabeça, mas não conseguia. Sinalizei para as agentes que havia terminado meu trabalho naquele dia e pedi que me acompanhassem até a porta, eu não estava bem. Fazia frio na

sala do psicossocial, mas eu suava muito, estava agoniada, queria sair dali e me encolher num canto mesmo sabendo que ainda pegaria duas conduções até minha casa. Tinha um peso nos meus ombros, uma pressão enorme. Saí de lá nesse dia, aérea. Sentei numa pracinha que fica em frente a CPFR e fiquei lá até me dar conta de que estava escuro e de que ali era perigoso. Sentia náuseas e uma dor de cabeça terrível.

Já estava na metade do caminho e na minha cabeça estava apenas a imagem de Luciana me pedindo ajuda para sair e poder ver os filhos. Me assustava a possibilidade de não poder fazer nada por ela, assim como por nenhuma das outras de maneira mais direta. Olhei para trás e ainda conseguia enxergar a torre da igreja que fica ao lado do Bom Pastor, Luciana era mais uma e eu também. Todas aquelas mulheres, reclusas, com histórico de violência na família, privada da convivência dos seus filhos, separavam-se de mim por um fio frágil e nada mais. Estavam ali, dispostas a um conjunto de olhares e de imposições que não fazia mais do que vigiá-las. No entanto, por mais abalada que eu estivesse, tentei nesse dia, pensar que meu trabalho poderia ter alguma projeção, que poderia atingir algumas pessoas, de maneira que alguma atenção fosse voltada para elas. Isso serve como estímulo ao meu trabalho, fazendo com que o fôlego se mantenha ao longo do campo, tão sinuoso.

Como mencionei no início do trabalho, decidi por priorizar o posicionamento e a fala das internas. Como fica claro durante toda a narrativa, é a partir do olhar delas que o trabalho se constrói. No entanto, a partir da realização de uma entrevista com uma agente de segurança penitenciária, acreditei ser necessário um delineamento burocrático dos processos que envolvem a dinâmica da visita íntima e das relações afetivo amorosas no ambiente do cárcere. No subcapítulo que segue, tratarei da questão dessa absorção das regras impostas com relação aos relacionamentos afetivos-amorosos. A estratégia tomada, será apresentar de maneira mais técnica como se dá o posicionamento de quem está na posição de dirigente em relação ao corpo de internados. O intuito, é fazer com que essa internalização das regras e sua aplicação, pareçam mais claras e possam fazer com que a postura de quem aplica as regras, possa ser refletida.

3.3. Olhar e controle dos afetos: do relato institucional

Manter um relacionamento afetivo amoroso no ambiente prisional, diz muito da dinâmica que ele precisa enfrentar para sobreviver ao ambiente do cárcere. Por mais que os relatos indiquem que não há uma repressão ou um controle mais direto aos relacionamentos entre as internas e seus companheiros e companheiras, o exercício etnográfico consegue mostrar que a realidade difere um pouco do enredo contado. Essa diferença ocorre em função da internalização das regras e deixa claro que há uma normalidade na aplicação delas. Afinal de contas, como mencionou uma agente “-*Cadeia é isso*”.

Seu aprendizado nesse mundo novo e peculiar, é estimulado pela necessidade de se manter vivo e, se possível, ser aceito pelo grupo. Portanto, longe de estar sendo *ressocializado* para a vida livre, está na verdade sendo socializado para viver na prisão (MARCÃO,2010, p.64).

A visita íntima é prevista em lei e deveria, ao menos na teoria, contemplar toda a população carcerária, sendo dela um direito. No entanto, na teoria também estão presentes diversos tipos de assistências, previstas também em lei, e que teriam como objetivo prevenir a reincidência criminal e de certa forma, orientar a volta ao convívio comum. As assistências que deveriam contemplar os internados vão desde o apoio material, que engloba materiais de higiene, vestuário e alimentação até o acesso a assistência jurídica são, como sabemos, negligenciadas. O artigo 41 da lei de execução penal, prevê que são direitos do preso:

- I- alimentação suficiente e vestuário,
- II- atribuição do trabalho e sua remuneração
- III- previdência social
- IV- constituição de pecúlio
- V- proporcionalidade na distribuição do tempo, o descanso e a recreação
- VI- Exercícios de atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena
- VII- assistência material, à saúde, jurídica, educacional e religiosa
- VIII- proteção contra qualquer forma de sensacionalismo
- IX- entrevista pessoal e reservada com o advogado
- X- visita do conjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados
- XI- chamamento nominal (...)

(MARCÃO,2010, p.66)

Os itens que o artigo estabelece constituem um conjunto de direitos dos presos. No entanto, não contemplam de maneira geral, a totalidade das medidas que deveriam existir (MARCÃO,2010). Diante disso, pode-se enxergar com mais clareza, o que é direito da população aqui estudada, para que ao delinear a dinâmica presente dentro do contexto prisional, seja possível fazer a contraposição ao que acontece e ao que preenche os artigos que preveem direitos aos internados.

Quando soube que não poderia ir mais à campo, decidi recorrer as fontes que ainda me estavam disponíveis. Uma agente de segurança penitenciária, que me conhecia desde meu primeiro trabalho de campo e que me encontrou do lado de fora do Bom pastor em uma das minhas idas, prontamente se ofereceu para me atender. Muito conhecida entre seus colegas e entre as internas por sua postura dura durante os processos de revista, motivo de rebeliões entre as internas quando assumiu a chefia de segurança e muita ativa nas redes sociais, minha entrevistada não teve receios de me receber e de responder algumas questões a mim, vista como uma estudante curiosa das dinâmicas presentes no local de trabalho dela. Questionada sobre a possibilidade de gravar a entrevista, ela se negou temendo que isso pudesse vir a prejudicá-la. Sem escolha e já muito feliz diante da possibilidade de estar em contato com alguém que conhecia o campo, decidi conversar com ela.

Exatos dezesseis anos já haviam se passado desde que Luisa²³ havia passado no concurso para agente penitenciário. Nesses anos de carreira, ocupou cargos de chefe de laborterapia, chefe de segurança penitenciária e chefe de plantão. Enquanto conversávamos, relatou-me seu desejo de abandonar a profissão: estava cansada do “sistema”. Luísa se dividia em plantões longos e custódias que assumia por fora. Nas redes sociais era possível acompanhar seu trabalho, fazendo a segurança de presos e presas em hospitais e maternidades. Fotos com bebês recém-nascidos, filhos de presas, relatos de cansaço, imagens de distintivos, fardas, armas e tudo mais que ilustrasse a paixão dela pela profissão. Sempre que a acompanhava, achava tudo aquilo muito interessante, até que na nossa conversa ela dá uma gargalhada e solta “-*Eu estou cansada, não quero isso pra mim mais não. A gente ganha pouco, não é valorizado, cansei*”.

A conversa flui tranquilamente. Assim como fiz com as internas, procurei iniciar pela questão da história de vida dela, até chegar nos pontos que mais me interessavam.

²³Nome fictício dado a agente de segurança penitenciária.

Luísa me conta da facilidade de trabalhar em um presídio feminino em contraposição com o masculino. Mesmo sem possuir experiência no último, conta que no masculino há uma submissão maior do preso com relação aos agentes e policiais.

É pau se não obedecer. Por isso eles respeitam! Na verdade, nem é respeito, é medo mesmo. Com as meninas a gente raramente precisa bater. Algumas vezes, em motins pequenos, a gente entra com bomba de gás, mas nunca precisamos passar disso. É mais tranquilo (*Luísa*).

A mulher, na opinião dela, é mais fácil de dominar, é mais sensível, aceita as regras mais facilmente, é mais dócil. Fala isso enquanto mostra no celular, fotos de alguns bebês no berçário. A cadeia é pesada e tem seus problemas, mas ainda assim, é vista como sendo tranquila, afinal de contas são mulheres.

Minha entrevistada me conta que a visita acontece todos os dias. Para dar conta da quantidade de mulheres que solicita a visita íntima, todos os dias os dois quartos destinados à realização dos encontros íntimos estão ocupados. O processo se inicia após um cadastro da companheira ou do companheiro, que consiste em provar o vínculo entre o casal, uma série de exames de sangue e a inserção do casal na fila. Em determinada data, o casal pode passar o dia todo ou parte dele dentro de um dos quartos. A permanência no lugar vai depender da quantidade de casas inscritos. O quarto possui uma cama de casal de cimento, uma prateleira do mesmo material e um banheiro. No dia determinado, a interna pode limpar o quarto e decorá-lo como quiser.

Muitas delas vão logo cedo arrumar o quarto. Levam colchas que elas confeccionam no trabalho, jogam pétalas de rosas, chocolates e colam coisas nas paredes, declarações de amor e fotos. Quem tem televisão leva, quem tem som pode levar também. Em dia de visita, eu passo por lá e escuto o brega tocando alto e já sei que tá rolando coisa (*Luísa*)

Goffman fala que o espaço de visitas de uma instituição total, pode ser muito importante na teatralização de uma rotina da instituição para o mundo exterior ao dela. Nesse caso, podemos pensar que mesmo que o espaço do quarto de visitas sendo pouco externalizado para o mundo exterior, diferente do que acontece com o das visitas comuns, ele é reservado e tratado para que esconda um pouco da realidade da estrutura da instituição. Entende-se claro que é um espaço respeitado e cuidado por parte de quem o utiliza. Este zelo com o companheiro e com o momento que vão compartilhar no espaço, tem um pouco dessa teatralização da estrutura.

Neste caso, a sala de visitas de algumas instituições totais é muito importante. Nesse recinto, tanto a decoração, quanto o comportamento geralmente estão mais próximos dos padrões externos, do que dos predominantes dos locais em que o paciente efetivamente vive (GOFFMAN, 1961, p.91).

Soube que recentemente, as internas se juntaram e compraram um colchão novo para um dos quartos. A visita parece ter a intenção de fazer com que o espaço da instituição não seja em sua totalidade, isolado do mundo exterior, que de certa maneira, essa ligação seja mantida. Ilusoriamente, ou não.

Carícias, beijos, mãos dadas e declarações mais públicas são evitadas, apesar de acontecerem. Das internas que entrevistei, muitas preferem fazer isso dentro das celas. Mesmo um simples beijo ou abraço é evitado por vergonha. A agente de segurança me diz que o corpo de funcionários não impede que as meninas *demonstrem carinho* umas pelas outras. Mas não permitem *pegações* nas áreas comuns.

Um dia eu estava passando em frente a uma cela e uma menina estava fazendo sexo oral na outra. Quando me viram, uma veio atrás de mim e pediu desculpas. Eu não liguei, pois estavam na cela. A outra fez uma *okaida*²⁴ e estava com companheiro fazendo sexo em pleno dia de visita. Tive que levar ela pro castigo, assim no meio de todo mundo não dá. (Luísa)

O corpo de dirigentes demonstra uma simpatia com as internas. Tornam-se padrinhos e madrinhas dos seus filhos, tem uma relação aparentemente pacífica com a população do lugar e relatam poucos casos de rebeliões e motins mais significativos. O posicionamento com relação aos relacionamentos afetivos amorosos parece ser o mesmo. A agente conta que muitos dirigentes mais conservadores adotam ainda uma posição de estranhamento frente a eles, porém, a rotina faz com que eles se *acostumem* a ver mulheres se relacionando uma com as outras. A sanção ocorre se as carícias forem muito explícitas, mas os relacionamentos em si, não são proibidos pelo corpo de dirigentes da instituição.

Empreender um relacionamento dentro de um contexto hostil e imposto de regras e privações é colocado como algo que passa por vetos e proibições, assim como qualquer outro ato de um indivíduo institucionalizado e, portanto, controlado em suas instâncias mais íntimas. O punir, que passou a “definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue, mas também mais largamente difuso no corpo social” (FOUCAULT, 2014, p.88) atinge também a instância dos relacionamentos afetivos. O olhar e o controle dos afetos existem e é exercido de maneira ofuscada. A repressão dos carinhos no espaço comum por parte do corpo de dirigentes e a normalização disso por parte das internas, mostra o quanto essa internalização da pena no corpo do condenado é sutil e eficiente.

²⁴Okaida é o nome dado a cabanas de pano feitas no dia da visita para que os familiares se protejam do sol. Como o espaço para receber os familiares não tem estrutura para isso, as internas organizam da maneira que podem.

O simples estabelecimento de um horário para que os encontros aconteçam, já se configura como sendo parte desse controle exercido. O questionamento da regulação, não passa aqui ingenuamente frente à dinâmica de uma instituição total. Sabe-se que afinal de contas, estamos tratando de um plano carcerário, problemático e que precisa de regras e de mecanismos de controle para funcionar. No entanto, apesar de nos relatos de ambas as partes não se encontrarem noções de um controle frente aos relacionamentos, o veto das carícias e a posição das internas de trocá-las apenas dentro das celas reflete também, essa dominação. Em um trabalho anterior, onde pude aferir a frequência de atividades culturais dentro do Bom Pastor, uma das proibições da direção do lugar à época, era que aos sábados o som da igreja fosse liberado para tocar música brega para todas as internas. O som, segundo elas, incitava as brigas, pois, muitas sensualizavam na dança, exibiam-se umas para as outras e isso não era permitido dentro do contexto. Tudo o que pudesse colocar a ordem em risco, era vetado.

Desse modo, podemos observar, o quanto essa *mortificação do eu* age e é contundente. É visível que os relatos goffmanianos que nos narram a perda de um *estojo de identidade* e a padronização dos indivíduos, traduzem a realidade encontrada no *Bom Pastor*. No entanto, mesmo que a punição ocorra, ela é camuflada e coloniza de maneira gradativa o corpo de internados. Embora tenhamos relatos de abusos que acontecem na realidade das prisões e que marcam fisicamente o corpo, existe a aplicação de uma punição simbólica, punição para a alma, como retrata Foucault. Porém, é nessa docilidade do castigo que reside o poder dessa nova maneira de castigar, que ao longo da evolução dos mecanismos de punir foi sendo instaurada. Para exemplificar, falaremos mais à frente da questão da confiança, presente nos discursos das internas que buscavam em seus relacionamentos, alguém em que pudessem encontrar companhia e atrelando isso ao fato do controle dos afetos e desse novo modelo de prisão que foi sendo colocado ao longo dos anos, podemos pensar na questão do isolamento a que Foucault se refere: “pelo fato de que a solidão realiza uma espécie de autorregulação da pena, e permite uma como que individualização espontânea do castigo: quanto mais o condenado é capaz de refletir(...) mais também o remorso será vivo, e a solidão dolorosa” (FOUCAULT,2014,p.229). A subversão de manter um relacionamento dentro da prisão é de certo modo uma ferramenta de enfrentamento aos efeitos proporcionados por ela.

3.4. Relações afetivo-amorosas: “A dor e a delícia de ser o que é”

Sempre que indagada a respeito do motivo que me levou a determinar os sujeitos da minha pesquisa desde o trabalho do curso de graduação em ciências sociais, conseguia responder apenas que o interesse se manifestava pelo cotidiano carcerário. Mais tarde outros questionamentos foram surgindo: “- Apenas mulheres? ”. Sim, apenas mulheres. Sempre busquei deixar claro que meu posicionamento de pesquisar o sistema prisional feminino, não era de forma alguma objetivando negligenciar o masculino. Me interessava adentrar no cotidiano carcerário feminino, por também ser mulher e sempre ter feito reflexões a respeito do ser mulher dentro desse contexto. Imaginava que éramos diferentes apenas pelo fato de estarem elas do lado de lá e eu do lado de cá, mas me assombrava ainda mais a ideia de mesmo estando submetidas ao cotidiano carcerário, eram ainda assim mulheres, nem sempre detentoras dos seus direitos e dessa maneira, passei assim, a dedicar meu olhar para *elas*.

Enquanto empreendia meu trabalho de pesquisa, passei a ter contato através das redes sociais com o perfil: *Elas existem: mulheres encarceradas*²⁵. Acompanhava sempre que podia as postagens e os textos indicados, as denúncias feitas e o número de material que estava sendo produzido a respeito da temática. Isso me instigava ainda mais a produzir sobre o que eu sabia. Certamente, a maioria dos trabalhos contemplava denúncias sobre as agressões sofridas por mulheres detentas, a negação dos seus direitos e os abusos cometidos pelo poder público. Por mais que eu direcionasse meu ponto de vista a fazer com que o meu não se configurasse enquanto objeto de denúncia, era inevitável não acabar caindo na questão.

Mencionar o estudo da dinâmica das relações afetivo-amorosas, provocava também o “levantar de sobranceiras” de muitos. Ir a campo com essa questão, exigia que eu tivesse que explicar mais diretamente sobre o que se tratava. Em algumas oportunidades em que meus receptores não lançavam mão de paciência para escutar-me, optei por encurtar a conversa e a dizer que pesquisava a dinâmica da visita íntima. Procurei ao longo do texto, mostrar que esses dois elementos não se distinguem e apresentam ao mesmo tempo localizações distintas no tempo-espço. Tomar a visita

²⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/ElasExistem/?fref=ts>. Acesso em 5 de fevereiro de 2017.

íntima, foi para mim estratégia para chegar nas meninas que possuíam algum tipo de relacionamento conjugal dentro ou fora do contexto prisional. Por mais que minha intenção fosse direcionada ao estudo mais intenso das relações amorosas, é importante salientar que o delineamento da dinâmica da visita íntima ocupou um espaço tão importante quanto esse primeiro. Foi através dele, que pude conquistar de certa maneira, a confiança das internas para tratar sobre o tema e também da instituição.

Nas conversas que tive com as meninas, durante o trabalho de campo, era visível o sofrimento delas. Esse sofrer era causado pela distância dos filhos, das condições em que viviam, do desejo de ganhar liberdade e da falta de informação sobre o tempo que ainda lhes restava presas. Os enredos sempre vinham acompanhados dos mais variados assuntos. A pauta comum começava pelas suas trajetórias de vida antes do encarceramento. Relatos pesados, fantásticos. Histórias que me faziam desatentar para o fato de que deveria anotar sobre eles. Do meio para o final da conversa, eu perguntava a respeito dos relacionamentos amorosos. Mencionar isso era como abrir uma brecha onde os problemas deixassem de existir. Menções a respeito das companheiras, mesmo que tímidas, arrancavam sorrisos das meninas. A medida que eu respondia alguma pergunta sobre minha vida pessoal, isso ficava mais evidente. A troca de informações minhas, com as delas passava certa confiança e fazia com que o trabalho fluísse mais tranquilamente.

O trecho da música²⁶ que nomeia esse subcapítulo, diz muito do ambiente e do objeto analisado. *Dom de iludir*, foi escrita por Caetano Veloso, em resposta a uma música de Noel Rosa, *Pra que mentir?* Na ocasião, a música, que foi escrita por Noel, enquanto este vinha sendo traído por sua companheira, refere-se a mulher que não saberia mentir. Caetano por sua vez, dá a resposta e diz que não apenas a mulher mente, mas o homem também. A canção busca romper com o estereótipo de que existe na mulher, determinada malícia, ou o dom de iludir e de inventar mentiras. Mulheres são estereotipadas o tempo todo, e em se tratando de mulheres encarceradas isso fica muito mais evidente. “A dor e a delícia de ser o que é”, compartilha do quanto ser mulher transita entre ser bom e ruim ocupar o lugar que ocupamos, as coisas que fazemos e como somos vistas pelo senso comum. É dessa maneira que empreendemos a análise das relações

²⁶Disponível em <http://intertextualizandovozes.blogspot.com.br/2013/04/pra-que-mentir-e-dom-de-iludir-uma-voz.html>. Acesso em de fevereiro de 2017.

afetivas entre as internas do Bom Pastor, partindo da “dor e da delícia” de ser detenta e ser mulher.

Quando selecionamos as internas para conversar, priorizamos, como já dissemos as que possuíam visita íntima, ao passo que isso sinalizava que existia um relacionamento amoroso acontecendo na vida delas. Isso acontecia mesmo no ambiente carcerário, com todas as privações e submissões de regras. A primeira que veio conversar comigo, relatou que foi abandonada pelo marido, *Marco*, que sofria violência por parte dele e que seu filho estava com ele. Chantageada para poder ver o filho, trabalhava dentro do Bom Pastor para conseguir dar dinheiro ao ex-companheiro. Se viu perdida e sem solução a não ser ceder às chantagens dele. Cadastrou-se na visita íntima e o companheiro quando não demonstrava frieza, apenas “-Fazia o papel dele, de homem”. Essa entrevistada se intitulava como quieta e comportada. Era chefe de cela e exercia posição de liderança. Apesar de tímida, organizava suas companheiras de cela e se relacionava bem com todas. Nesse meio tempo, conheceu aquela que viria a ser sua companheira e lhe proporcionaria tudo que *Marco* não proporcionou: companheirismo e confiança.

A questão da confiança, tratada nas ciências sociais, segundo Zamboni, vem sendo mais propriamente discutida desde o trabalho de Georg Simmel “ que define confiança como uma combinação entre boas razões e fé” (ZAMBONI,2010, p.26). A autora nos traz uma série de contribuições a respeito do conceito, tomando como base vários autores. Optamos por fazer um apanhado da noção de confiança dentro do discurso das internas, por perceber nos seus relatos, a presença constante do termo, mesmo que muitas vezes transfigurado de outra maneira. Quando da realização de uma das conversas, uma das internas me relata que sua companheira confia o dinheiro que ganha a ela. Dentro do contexto prisional, o dinheiro é um bem escasso, e, portanto, confiá-lo a alguém é um ato bastante significativo.

Aquele que acredita que é amado, “encapsula” os interesses do seu par, podendo ferir-se, porque não se costuma agir com base no valor da obrigação que se constrói com o outro (...) não se trata de uma atitude essencialmente cognitiva, mas sim de uma disposição do confiador em relação ao confiado” (HARDIN,2001 apud ZAMBONI,2010, p.26)

A questão da confiança aparece em praticamente todos os relatos. Esse último a que nos referimos, nos diz muito sobre a quebra da confiança e a reconstrução dela depois do encarceramento. Em uma situação anterior, a interna havia sido traída pelo companheiro e continuava cedendo às suas chantagens. Mas encontrar-se com a sua companheira atual,

fez com que ela reestabelecesse o sentimento de confiança que possuía. Sua companheira a presenteou com uma televisão e confiava seu dinheiro. Em grande parte dos relatos, a relação de confiança se estabelece em uma situação de cooperação, ou da falta dela. Segundo Bateson (2000 apud ZAMBONI: 2010, p.30) pode-se observar a origem da confiança, a partir do que ele denominou de uma análise evolutiva da cooperação. Em outras palavras, o mecanismo de confiança pode ser ativado ou não em detrimento de uma situação normal de cooperação.

Quando chegam ao Bom Pastor, as internas são enviadas para a cela que é denominada de permanência. Nesse lugar elas permanecem por cerca de dez dias sem ter contato com outras já internas. A permanência é tida por elas como sendo o pior período de encarceramento, ficando atrás apenas do castigo. Nesse período de tempo elas ficam reclusas, sem direito a visita e sem receber seus pertences. É na permanência que muitas relações de confiança são criadas. A permanência foi percebida como sendo um sistema de cooperação forjado na necessidade por esses indivíduos. Essa cooperação resulta em relações de confiança que são, muitas vezes perpetuadas ao longo do encarceramento. Foi dentro desse ambiente que se iniciaram os primeiros relacionamentos afetivos entre as internas.

Dentro dos relatos, a presa Luciana, me conta que a experiência na cela da permanência foi dolorosa. No entanto, foi nesse meio tempo que ela conheceu outra mulher também presa lá, com quem manteve um relacionamento pelos dez dias em que permaneceu na espera. Ela relatou que se sentia sozinha e que isso fez com que ela buscasse na outra, alguém que lhe passasse confiança e conseguisse suprir a falta de companhia. Antes de ser presa, ela já havia tido experiências amorosas com outras mulheres e que isso não era tão novo para ela. Depois que passou para a área comum, converteu-se e agora frequentava cultos evangélicos, chegando a denominar as relações mantidas entre as internas no ambiente prisional como sendo coisa de Satanás. Após converter-se, passou a realizar a visita íntima com o marido, a quem denominou grosso e ignorante.

Percebemos de maneira geral, que dentro do discurso das internas a questão da confiança, era algo que pesava dentro do contexto prisional. Confiar em alguém, não se restringia somente a um relacionamento afetivo amoroso. Em um ambiente hostil, onde dezenas de mulheres que cometeram crimes, passam a partilhar de um cotidiano comum, a confiança é fundamental para questões de sobrevivência, inclusive. Nesse caso, mais

especificamente, tratamos dessa confiança que surge de um cooperativismo, mas que ao mesmo tempo não concede garantias a quem faz parte dele. Em outras palavras, o confiar no contexto prisional mais amplo se fundamenta na premissa do “*é hoje, não é amanhã*”, diferente da existente nas relações afetivas: a única garantia que elas possuem umas nas outras é confiar. Não há outra saída.

É importante relatar que, ao tocarmos nas questões de sobrevivência e confiança, existe também o jogo de lideranças dentro do Bom Pastor. Uma agente penitenciária me contou em seu relato que há papéis determinados de liderança dentro da dinâmica do local. Detentas mais experientes, que muitas vezes comandavam bocas de fumo e que mesmo presas ainda possuem posição de comando de esquemas fora, possuem certo controle do que acontece nos espaços da cela. São as *maloqueiras*, as que fazem mais confusão e arrumam brigas. Segundo a agente, são as que dão mais trabalho à direção. Tratar dessa questão de liderança, nos permite enxergar diversas faces da questão da confiança nas relações afetivas. Possuir a confiança dessas internas que exercem o papel de líder, relacionar-se com elas, ou trabalhar para elas, torna o ambiente menos hostil e seguro.

Outro caso que se relaciona com a questão do confiar, é a grande incidência de brigas de casais e de conflitos por conta de traição. Minha primeira entrevistada relata que sua atual companheira mantinha um relacionamento com outra colega de cela, que chegou a ameaçá-la, quando o namoro delas começou. De todas as conversas que pude ter com as internas, esse foi o único caso de briga por ciúmes que me foi relatado. A agente, no entanto, me garantiu que isso é bastante recorrente.

Tu sabe que mulher quando briga é uma gritaria, puxa cabelo, é um barraco só!
De vez em quando nos plantões, as meninas começam a bater nas grades pra gente chegar lá. Quando vejo, briga de casalzinho. (ASP)

Na conversa que tive com a agente penitenciária, ela me relata um caso famoso que aconteceu durante uma briga por causa de ciúmes. Em um dia de visita, uma ex-presas chegou bêbada na Colônia Penal para tentar visitar sua companheira. Como é procedimento do local, ela não poderia entrar assim, sem se cadastrar. Muito comovida com a história de *Codorna*²⁷, que implorava para ver a companheira presa, a chefe de segurança permitiu que elas pudessem se encontrar na cela da permanência para que pudessem dar apenas um abraço. Acompanhadas dos agentes as internas se abraçaram,

²⁷ A briga que aconteceu foi parar nos noticiários e pode ser acessada no link: <https://www.youtube.com/watch?v=zkoIP-OPJMw&feature=youtu.be>.

choravam e trocavam juras de amor. Nos dez minutos cedidos pela chefe de segurança, o agente penitenciário responsável tentou encerrar o encontro, surpreendendo-se com a resistência de *Codorna*. Já do lado de fora, a ex-presa começou a chutar o portão principal de entrada, e quando o agente abriu a porta, ela lançou uma lata de cerveja nele. A ex-detenta foi autuada e voltou para a prisão. A informação é a de que uma delas havia traído a outra, e o casal já era conhecido pelas brigas e pelo histórico de traição.

Zamboni (2010), faz uma discussão intitulada “*Confiança nas relações amorosas: redenção ou prisão?*”. A discussão contempla os casos das brigas que acontecem em função de questões como ciúmes e disputas por companheiras. No contexto de uma relação afetivo-amorosas, existe um contrato que estabelece algumas regras. “Pode-se dizer que as relações afetivas são capazes de resistir ao tempo quando os agentes envolvidos nesse tipo de acordo ou contrato aceitam um conjunto de regras, estabelecendo uma relação mútua” (ZAMBONI,2010, p.41). É nesse emaranhado de um estabelecimento de regras e de um jogo de confiança e não-confiança, que estão calcadas as relações afetivas aqui apresentadas. O ambiente em que elas se desenvolvem e se desintegram, onde as regras são criadas obedecendo uma rotina diferente de uma relação do contexto extramuros, possui particularidades diversas.

Todos os relatos que eu tive a oportunidade de escutar não refletiram uma dificuldade aparente quanto a manter um relacionamento afetivo dentro do contexto da prisão. As queixas presentes, diziam muito mais da rotina do encarceramento e da falta de suporte das instâncias administrativas e jurídicas do Bom Pastor. Muito embora, algumas das internas tratassem os relacionamentos que mantinham como sofríveis, o motivo era sempre a relação com o parceiro ou parceira. A questão estrutural e a presença de um mecanismo disciplinar não apareceram como sendo empecilhos ao desenvolvimento de uma relação amorosa. Sabemos, no entanto, que o que acontece é uma internalização das regras, característica pertinente a uma instituição total.

Considerações finais

Diante da discussão a que me pretendi, não acredito que haja uma conclusão no que diz respeito aos resultados do trabalho. O campo que optei por pesquisar é muito maior e mais complexo, não cabendo, portanto, sistematizá-lo dentro de algumas linhas. Esse exercício, faria com que ele perdesse a complexidade que o presenteia e o faz instigante. Diante disso, levo em consideração, os objetivos a que me pretendi e que acredito ter contemplado. Uma das reflexões que gostaria de deixar, é a de que ainda não superamos o modelo de pena e de prisão, tal como explicitados por Foucault. Por mais que ao longo dos anos, muitos mecanismos de punição tenham aparentemente melhorado, no sentido de fazer com que não sejam mais públicos, trabalha-se ainda em cima dos mesmos moldes de se fazer prisão: a guilhotina e a forca foram extintas, para dar lugar a masmorras modernas, infundáveis sentenças mal dadas e um descaso com o ser humano, criado para ser menos impactante que o de *Damiens*. Mera ilusão.

Discorri ao longo do trabalho, o quanto me incomodava enquanto mulher, o contexto prisional. De fato, o incômodo poderia ser sentido por qualquer outra mulher em campo, ou mesmo deixar de ser sentido, como acontece com as agentes penitenciárias. No entanto, a intensidade do quanto eu me sentia mais próxima delas, enquanto mulher, negra e periférica, fez de mim um outro sujeito em campo, muito mais suscetível a ser atingida, a me perceber e a me colocar na situação delas. Justifico desse modo, meus relatos mais intensos e direcionados, ao que parece, ao quanto fui atingida e como isso pode vir a ter influenciado no trabalho.

Buscar entender a rotina de uma unidade prisional feminina sempre foi um objetivo pelo qual me interessei muito, mas delinear a dinâmica da visita íntima, para chegar até as entranhas dos relacionamentos afetivos amorosos foi muito mais instigante e desafiador. Perceber dentro dos discursos, questões como confiança e noções de que o relacionamento funciona como aporte à sobrevivência no cotidiano carcerário, me fez mudar muitas vezes o rumo da conversa entre as internas, enquanto eu tentava insistir na questão do amor, por exemplo. Esse campo, já trabalhado por mim, mas renovado pelas questões de pesquisa, me proporcionou grande crescimento, enquanto mulher e pesquisadora e me fez novamente repensar quem somos e qual o nosso papel diante de questões que nos atingem tão profundamente como essas.

As relações afetivas amorosas acontecem dentro do contexto prisional com ou sem a regulação do corpo dirigente. É fato que a instituição tende a controlar o máximo tudo o que acontece dentro do espaço. Como relatei mais acima, há formas de subversão encontradas pelas internas, para que seus relacionamentos se assemelhem ao máximo ao que aconteceria se esses ocorressem no contexto externo. Fazem cabanas para encontros íntimos, relacionam-se nas celas, sacrificam seu dinheiro para que as visitas íntimas possam sempre a ligação com o mundo exterior, decoram o quarto, colocam música e tornam o ambiente agradável e fora dos padrões de prisão. Por mais que o controle exista, elas sempre encontram saída para contorná-lo.

No discurso do corpo penitenciário, os relacionamentos não são proibidos e não sofrem nenhuma forma de preconceito por parte deles. O que se pede é que se evitem carícias *mais intensas* no espaço comum, que respeitem o ambiente e que aguardem sua vez na fila para ter direito à visita íntima. Tudo visando o controle e a ordem no espaço. Não há nada declarado contra os encontros e os relacionamentos. *"Tudo me é permitido", mas nem tudo convém. "Tudo me é permitido", mas eu não deixarei que nada domine (1 Coríntios 6:12)*. Nada domina, tudo é controlado da maneira mais sutil, de forma que quem está de fora, necessita de um olhar mais atento para perceber o quanto os mecanismos de dominação e controle atuam.

Gratificante, é perceber que em meio a uma dinâmica que mescla barbárie, controle, privações e imposições de regras, as internas ainda conseguem encontrar meios de manter vivos seus relacionamentos, de encontrar neles aporte para a sobrevivência diária no cotidiano prisional, na maioria das vezes, incentivada pela confiança que conquistam e que oferecem às suas companheiras. Triste, porém, é perceber o quanto a população carcerária feminina é alvo de um tratamento que não a diferencia da masculina em função do conservadorismo jurídico, que transfere para as instâncias menores o tipo de tratamento que deve ser dispensado. Finalizo este trabalho, acreditando ter proporcionado pequenas reflexões e que de certa maneira, podem a vir suscitar outras, que tragam mais visibilidade ao campo das mulheres presas no Brasil. Levando comigo a certeza dada a mim por elas de que “Com uma rosa e o cantar de um passarinho, nunca nesse mundo se está sozinho” (Jorge Ben Jor).

Referências bibliográficas:

A dupla punição das mulheres presas por tráfico de drogas. Disponível em :
<http://ponte.cartacapital.com.br/a-dupla-punicao-das-mulheres-presas-por-trafico-de-drogas/>. Acesso em 08 fev. 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BECKER.H.S. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro. Zahar: 2008

BIONDI.K. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC.2009.196 f.
 Dissertação de mestrado (mestrado em antropologia) Universidade Federal de São Carlos.

BRITO. M.A. **O CALDO NA PANELA DE PRESSÃO: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O PRESÍDIO PARA MULHERES EM FLORIANÓPOLIS**. 2007. 152 f. Dissertação de mestrado (mestrado em antropologia social) Universidade Federal de Santa Catarina.

CHIES. L. A.B. LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999. Resenha. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan. /jun. 2005, p. 338-345

CRETTEZ. X. **As formas de violência**. São Paulo. Loyola: 2011.

DUARTE, J. *Entrevista em profundidade*. In: DUARTE, J & BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

CASTILHO E. **Execução da Pena Privativa de Liberdade para Mulheres: A Urgência de Regime especial**. Disponível em:
http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/25947/execucao_pena_privativa_liberdade.pdf

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA. M. **Criminalidade e prisão feminina**: uma análise da questão de gênero. Revista *Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul.-dez, 2014. pp. 212-227

GASKELL, G. *Entrevistas individuais e grupais*. In: BAUER, M.W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GOFFMAN, E **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, E. *A subvida de uma instituição pública: um estudo das formas de manipulação em um hospital de doenças mentais*. In: RELEY, M. W. & NELSON, E.E. (org.). **A Observação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 173-182.
GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LÊ BRETTON, D. **1953A sociologia do corpo** / David Lê Breton; 2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARCÃO, R. **Curso de execução penal**. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA.R. O trabalho do antropólogo: ouvir, olhar e escrever. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1370/oliveira_trabalhodeantropologo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 5 fev. de 2017.

OLIVEIRA.W.A.V. **A perspectiva da mulher negra presidiária a partir das reflexões sobre o racismo e as possibilidades de construção de ações emancipatórias**. 2016. 103 f Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife,

PADOVANI, N.C. **Sobre casos e casamentos**: Afetos e amores através de Penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 367 f. Tese Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. 2010. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

SETTON, M.G.J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, n. 20, mai/jun/jul/ago 2002, p. 60-70.

SIMMEL, G. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VARGAS. L.J.O. **É possível humanizar a vida atrás das grades?** Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC. Brasília, 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZAMBONI, M. **Quem acreditou no amor, no sorriso, na flor**. A confiança nas relações amorosas. São Paulo: Annablume; João Pessoa: UFPB, 2010.